



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 055/056

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 2009

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PR/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## S U M Á R I O S

### **DIÁRIO Nº 055**

#### **52ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 04**

##### **Expediente:**

Ofícios..... 04

Mensagens ..... 04

Indicações ..... 05

Requerimentos ..... 07

Projetos de Lei ..... 13

##### **Pequeno Expediente:**

Dep. Reni Pereira ..... 15

Dep. Professor Lemos ..... 17

Dep. Neivo Beraldin ..... 17

Dep. Elton Welter..... 18

Dep. Antonio Belinati ..... 19

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 21

Dep. Jocelito Canto ..... 22

##### **Grande Expediente:**

Dep. Neivo Beraldin ..... 18

Dep. Elio Rusch ..... 22

##### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PRB/PSB/PV

Dep. Reni Pereira ..... 16

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 25

Liderança da PDT

Dep. Luiz Carlos Martins ..... 27

##### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 28

Discussão/Votação

Redação Final..... 29

2ª Discussão ..... 31

1ª Discussão ..... 32

Requerimentos ..... 32

**Encerramento da Sessão ..... 33**

### **DIÁRIO Nº 056**

#### **53ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....34**

**Presenças.....34**

**Abertura da Sessão .....34**

##### **Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

Redação Final .....35

2ª Discussão .....35

1ª Discussão .....35

**Encerramento da Sessão .....36**

##### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos.....36

Diretoria Geral

Portarias .....37

## SUMÁRIO

<b>DIÁRIO Nº 055</b> <b>52ª SESSÃO ORDINÁRIA</b> <b>SUMÁRIO</b> <b>Mesa Executiva.....03</b> <b>Presenças.....03</b> <b>Abertura da Sessão .....04</b> <b>Expediente:</b> Ofícios .....04 Mensagens .....04 Indicações .....05 Requerimentos .....07 Projetos de Lei.....13 <b>Pequeno Expediente:</b> Dep. Reni Pereira .....15 Dep. Professor Lemos .....17 Dep. Neivo Beraldin .....17 Dep. Elton Welter .....18 Dep. Antonio Belinati.....19		Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 21 Dep. Jocelito Canto ..... 22 <b>Grande Expediente:</b> Dep. Neivo Beraldin..... 18 Dep. Elio Rusch ..... 22 <b>Horário das Lideranças:</b> Liderança do Bloco PRB/PSB/PV Dep. Reni Pereira ..... 16 Liderança do PT Dep. Tadeu Veneri ..... 25 Liderança da PDT Dep. Luiz Carlos Martins ..... 27 <b>Ordem do Dia:</b> Leitura do Expediente ..... 28 Discussão/Votação Redação Final ..... 29 2ª Discussão ..... 31 1ª Discussão ..... 32 Requerimentos..... 32 <b>Encerramento da Sessão ..... 33</b>
---	--	---

### DIÁRIO Nº 055

#### 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009

(quarta-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli,

Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes e Miltinho Pupio (03).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Ademir Bier, Artagão Júnior, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel e Rosane Ferreira (08).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## Expediente:

### Ofícios

Sob os n.ºs CEE/CC 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1830, 1831, 1832, 1833, 1844, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1894 e 1895/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei n.ºs 027/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida; 038/09, do Deputado Pércles de Mello; 037/09, do Deputado Jocelito Canto; 043/09, do Deputado Jonas Guimarães; 061/09; do Deputado Alexandre Curi; 012/09 da Deputada Cida Borghetti; 378/08; do Deputado Stephanes Júnior; 052/09, do Deputado Teruo Kato; 075/09, do Deputado Dobrandino da Silva; 553/08, do Deputado Ney Leprevost; 257/08, do Deputado Jonas Guimarães; 046/09 do Deputado Luiz Carlos Martins; 090/09, do Deputado Nereu Moura; 091/09, do Deputado Tadeu Veneri e 101/09, do Deputado Luiz Eduardo Cheida; 725/07 do Deputado Ney Leprevost e 063/09 do Deputado Alexandre Curi, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 944/2009/GS do Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró, que solicita esclarecimentos sobre o número de ambulâncias disponíveis nas regionais de saúde do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n.º CEE/CC 1875/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Plauto Miró, Antonio Belinati e Marcelo Rangel, que solicitam esclarecimentos sobre o terminal de Ponta do Félix, em Antonina. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

### Mensagens

MENSAGEM N.º 031/09

Curitiba, 26/05/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso

anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Quedas do Iguaçu, de área com 3 mil e 600 m2, com edificação de 162 m2, na rua Jacarandá, 1354, Matrícula n.º 10578, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para funcionamento de serviços públicos municipais.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Quedas do Iguaçu, de área com 3 mil e 600 m2, com edificação de 162 m2, na rua Jacarandá, 1354, Matrícula n.º 10578, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para funcionamento de serviços públicos municipais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM N.º 032/09

Curitiba, 26/05/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Itaúna do Sul, dos lotes n.ºs 09 e 10, e parte restante ainda não construída do lote n.º 08, todos da quadra n.º 108, conforme Transcrição das Transmissões n.º 0178, do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Nova Londrina.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para implantação de serviços públicos do Município, quais sejam continuidade no funcionamento de Posto de Saúde e construção de Clínica da Mulher e da Criança.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel

ficará gravado com cláusula de impenhorabilidade e de inalienabilidade, que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa e que as providências devidas ao desmembramento necessário da área maior, que é de 8 mil e 100 m<sup>2</sup>, será de responsabilidade do donatário.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Itaúna do Sul, dos lotes n.ºs 09 e 10, e parte restante ainda não construída do lote n.º 08, todos da quadra n.º 108, conforme Transcrição das Transmissões n.º 0178, do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Nova Londrina.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para implantação da Clínica da Mulher e da Criança, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º As providências devidas ao desmembramento necessário da área maior, que é de 8 mil e 100 m<sup>2</sup>, será de responsabilidade do donatário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

### **Indicações**

#### INDICAÇÃO Nº 686/09

##### SÚMULA:

Sugere a Gratificação Técnica a classe dos novos policiais civis, concedida somente aos policiais antigos.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a Gratificação Técnica a classe dos novos policiais civis, que são concedida somente aos policiais antigos.

II - procurando a busca da justiça entre servidores com trabalho e responsabilidade do mesmo nível, estamos apresentando a presente indicação, solicitando a isonomia de vencimentos entre os policiais civis.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) MAURO MORAES

#### INDICAÇÃO Nº 687/09

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que o reajuste salarial de 6% (seis por cento) concedido aos servidores civis e militares do Poder Executivo a ser implantado o mês de junho do corrente ano, seja pago retroativo ao mês de maio.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

##### JUSTIFICATIVA:

Segundo as informações veiculadas pela imprensa, das declarações do Governador do Estado, o reajuste salarial dos servidores não pode ser implantado ainda no mês de maio em decorrência do atraso na tramitação e votações do projeto de lei que o instituiu, nesta Casa de Leis.

Isto posto, não é cabível que os servidores sejam penalizados com o atraso na implantação do reajuste por conta do tempo necessário para a aprovação da lei que o concede.

Assim, para sanar tal prejuízo, faz-se necessário que no pagamento de junho haja a compensação de tal perda com a concessão de pagamento retroativo.

#### INDICAÇÃO Nº 688/09

##### SÚMULA:

Propõe a criação e estruturação do Núcleo Regional de Ensino no Município de Santa Helena, compreendendo Municípios da microrregião oeste (Santa Helena, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Missal, Itaipulândia e Vera Cruz do Oeste).

Art. 1º Propõe ao Exmo. Sr. Governador, Roberto Requião, e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arcoverde, a criação e estruturação do Núcleo Regional de Ensino no Município de Santa Helena, compreendendo Municípios da microrregião oeste (Santa Helena, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Missal, Itaipulândia e Vera Cruz do Oeste). A razão do pedido é que hoje o Núcleo Regional de ensino que atende aos Municípios fica muito distante dos mesmos dificultando muito o acesso.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### INDICAÇÃO Nº 689/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a reforma do Colégio Estadual Castro Alves, em Querência do Norte.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do

Estado e à Secretária da Educação que determinem a reforma geral do Colégio Estadual Castro Alves, em Querência do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio Estadual Castro Alves, em Querência do Norte, necessita, com urgência, de nova pintura, troca de piso, telhado, conjuntos sanitários, fiação, enfim, de reforma geral, a fim de que possam acolher as crianças que o frequentam de modo satisfatório e seguro.

A urgência no atendimento deste pleito deve-se ao fato de que, a persistirem os problemas estruturais que necessitam da reforma aqui solicitada, continuará a aumentar os fatores que impedem os alunos de frequentarem a sala de aula sem distrações e obstáculos que acabam por tolher-lhes a concentração.

Em face disso, solicitamos o auxílio indispensável do Governo do Estado do Paraná, a fim de que sejam solucionados os problemas acima referidos.

**INDICAÇÃO Nº 690/09**

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a reforma do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Inajá.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a reforma geral do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Inajá, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Inajá, necessita, com urgência, de nova pintura, reforma dos muros e melhorias, enfim, de reforma geral, a fim de que possam acolher as crianças que o frequentam de modo satisfatório e seguro.

A urgência no atendimento deste pleito deve-se ao fato de que, a persistirem os problemas estruturais que necessitam da reforma aqui solicitada, continuará a aumentar os fatores que impedem os alunos de frequentarem a sala de aula sem distrações e obstáculos que acabam por tolher-lhes a concentração.

Em face disso, solicitamos o auxílio indispensável do Governo do Estado do Paraná, a fim de que sejam solucionados os problemas acima referidos.

**INDICAÇÃO Nº 691/09**

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a reforma do Colégio Estadual Ary João Dresch, em Nova Londrina.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a reforma geral do Colégio Estadual Ary João Dresch, em Nova Londrina, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio Estadual Ary João Dresch, em Nova Londrina, necessita, com urgência, de nova pintura, reforma dos muros e melhorias, enfim, de reforma geral, a fim de que possam acolher as crianças que o frequentam de modo satisfatório e seguro.

A urgência no atendimento deste pleito deve-se ao fato de que, a persistirem os problemas estruturais que necessitam da reforma aqui solicitada, continuará a aumentar os fatores que impedem os alunos de frequentarem a sala de aula sem distrações e obstáculos que acabam por tolher-lhes a concentração.

Em face disso, solicitamos o auxílio indispensável do Governo do Estado do Paraná, a fim de que sejam solucionados os problemas acima referidos.

**INDICAÇÃO Nº 692/09**

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a reforma do Colégio Estadual Dr. Romário Martins, em Cruzeiro do Sul.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a reforma geral do Colégio Estadual Dr. Romário Martins, em Cruzeiro do Sul, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio Estadual Dr. Romário Martins, em Cruzeiro do Sul, necessita, com urgência, de nova pintura, troca de piso, telhado, conjuntos sanitários, fiação, enfim, de reforma geral, a fim de que possam acolher as crianças que o frequentam de modo satisfatório e seguro.

A urgência no atendimento deste pleito deve-se ao fato de que, a persistirem os problemas estruturais que necessitam da reforma aqui solicitada, continuará a aumentar os fatores que impedem os alunos de frequentarem a sala de aula sem distrações e obstáculos que acabam por tolher-lhes a concentração.

Em face disso, solicitamos o auxílio indispensável do Governo do Estado do Paraná, a fim de que sejam solucionados os problemas acima referidos.

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 2494**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 28 de maio (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

### **REQUERIMENTO Nº 2502**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento de representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, protocolado no dia 25 de maio passado.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

### **REQUERIMENTO Nº 2500**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência da Sessão Plenária do dia 27 de maio corrente, para participar de Audiência Pública sobre Segurança na Cidade de Ponta Grossa-PR, juntamente com a Comissão Permanente de Segurança Pública desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) MARCELO RANGEL

### **REQUERIMENTO Nº 2493**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Merquedes Nunes de Souza, ocorrido no dia 25/05/09, no Município de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Dejanir Caetano Nunes de Souza, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) NEREU MOURA

## **JUSTIFICATIVA:**

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

Nascido no dia 22/11/28, em Campo do Meio, Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, chegou no interior do Paraná em 1951. Em Toledo, casou-se com a Sra. Dejanir Caetano Nunes de Souza e dessa união nasceu seu único filho Ederaldo José. Juntos, o casal construiu uma história e soube cativar a simpatia e respeito de todos.

Como esposo, em 50 anos de casado, sempre foi companheiro, leal e amigo. Como pai, criou com muito esmero e disciplina seu filho. Como avô, participou de forma presente da criação de seus três netos: Vanessa, Patrícia e Aobroaldo. Como trabalhador, lutou incansavelmente para superar as dificuldades, vindo a se aposentar somente quando a saúde já não mais lhe permitia desempenhar suas atividades profissionais.

Amigo, pessoa de fácil relacionamento, era bem quisto pela população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos e por isso mesmo possuía grande credibilidade perante a sociedade.

Todos com certeza, sentirão a sua ausência. Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares, rogando a Deus que conforte e ampare a todos.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

### **REQUERIMENTO Nº 2499**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignada na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Guilherme Ronconi.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## **JUSTIFICATIVA:**

Dia 21 do corrente, faleceu aos 55 anos o empresário e advogado Pedro Guilherme Ronconi. Deixou viúva a Sra. Gisele Rocha Ronconi, dois filhos Leonardo Rocha Ronconi e Ana Carolina Ronconi.

Foi em abril de 1973, que ingressou na empresa Ronconi fundada no de 1921 o jovem Pedro Guilherme Ronconi, filho do sócio Galdino Ronconi. Cheio de ideias e sonhos, iniciou um estágio por todos os setores das empresa, para melhor conhecer toda a organização. Estudando, paralelamente, formou-se em Administração de Empresas pela FAE Business School e em Direito pelas

Faculdades Curitiba. Desde 1988 passou a ocupar o cargo de Diretor Superintendente do Grupo Ronconi. Obteve uma trajetória de sucesso participando de diversas entidades onde colaborava no sentido de engrandecer a indústria do nosso Estado, foi Diretor e posteriormente Presidente do Sindicato das Indústrias do mobiliário do Estado do Paraná, Diretor e Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, membro da Câmara Setorial de Economia da Federação da Indústria do Paraná, membro do Conselho do Programa de Qualidade de Colchões Pró-Espuma, Representante da Federação da Indústria do Paraná e Conselho da Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Curitiba. Sempre trabalhou visando o crescimento sustentável da empresa e fortalecendo ainda mais a marca que, há 88 anos, vêm sendo sinônimo de qualidade e inovação.

Pedro Guilherme Ronconi, ante seu corpo inanimado, prestes a voltar ao seio da nossa mãe comum. Recebes-te ao convívio de seus amigos e de seus entes queridos, a parca impiedosa e cruel. Resta-nos todavia, um consolo, e a certeza de que viveste uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma e nessa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana, viver, lutar e morrer.

Sua família, a família que adoras-te despediu-se debulhada de lágrimas, dizendo que podes repousar tranquilo pois saberão honrar seu nome e cultivar sua memória.

Que Deus na sua infinita bondade lhe retribua na outra vida o muito que fizeste pelos seus semelhantes.

Descanse em paz Pedro Guilherme Ronconi.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ronconi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, pelo falecimento da Irmã Cândida Fiorese (Maria Gema Fiorese), ocorrido no dia 22/05/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia para a Irmã Izoete Benato.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) BETI PAVIN

#### REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Fiorese pelo falecimento da Sra. Polonia Gaspa-

rin Fiorese, ocorrido no dia 23/05/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Sr. José Maria Fiorese.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) BETI PAVIN

#### REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Franceschi pelo falecimento da Sra. Polonia Eleonora Franceschi, ocorrido no dia 12/05/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a Sra. Iliria Daluz Franceschi.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) BETI PAVIN

#### REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joaquim dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Zulinda Soares de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2521

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Verônica Saivicz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdomiro Rodrigues Garcia, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ



## REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Terezinha de Jesus Cação Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Terezinha Domingues da Silva Aguiar, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Roberto Ricardo Hermann, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pelaguia Lorenço de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Oscar Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nicolau Appen, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2529

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nerci de Moraes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mariolina dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Gontarz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria de Lurdes Portela Baltazar, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lilij de Fátima Savaro Jendreiocr, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leoni Mazepa de Oliveira dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2535

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lauro Divino Marcondes dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Junival Martins Barbosa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Maciel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Isaias Jung, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Irene Lustosa dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Helena Nadolni, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dejanira dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alexandre Gonçalves da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Angelina Acorde Pereira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Clara Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alvaro Dias Batista, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aline Fidêncio dos Passos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alceu Ribas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de congratulações ao Grupo Slaviero - Concessionária Ford - pela inauguração nesta data da Loja Slaviero Kennedy.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2507

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Francisco Eduardo Coral.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Francisco Eduardo Coral, cirurgião vascular, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, um dos médicos da nova geração da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que realiza seu trabalho com competência e dedicação levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater as doenças com humanismo, ciência e afeto, preceptor da resistência médica na área vascular, é o transmissor das novas técnicas para os residentes do Serviço de Cirurgia Vascular do hospital.

## REQUERIMENTO Nº 2508

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Delices de France.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Delices de France, comandada por François Fournier, atende os amantes da França, com refeições, panificação e confeitaria, transmitindo à sociedade curitibana os prazeres da culinária francesa,

demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital.

Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, inspirado nos cafés de Provence.

## REQUERIMENTO Nº 2509

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Sérgio Albach.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Sérgio Albach, clarinetista dos mais respeitados, criativos, competentes e produtivo do Brasil, coordenou a Oficina de Música de Curitiba e é responsável pela Orquestra à Base de Sopro da Fundação Cultural de Curitiba, organiza rodas de choro e participa de CDs, concertos, espetáculos musicais e teatrais, produzindo arranjos e compondo, um músico que tem trabalhado muito, para o seu próprio prazer e daqueles que apreciem a boa música, é integrante do Mano a Mano Trio, banda onde desenvolve um novo trabalho, para alçar vãos mais arrojados no cenário artístico.

## REQUERIMENTO Nº 2510

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao casal Adenita Ana de Almeida e José de Almeida Sobrinho.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao casal Adenita Ana de Almeida e José de Almeida Sobrinho, que são exemplo a seguir, mostrando que pensam na Cidade como um todo e também na coletividade, cuidando do bairro onde moram em Quatro Barras, realizam um bonito trabalho em benefício de todos os moradores, transformando sua rua em um local com vida, beleza e cuidado, fazendo a sua parte e incentivando seus vizinhos, deixam a Cidade mais bela e agradável de viver.

## REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Coral Santa Cecília pelos 70 anos.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Coral Santa Cecília pelos 70 anos, fruto de novenas e terços realizados nas casas

das famílias da região dos bairros do Bigorrião e Campina do Siqueira, antes mesmo da instauração da paróquia, canta músicas sacras que intercalam-se aos ritos religiosos, sempre participando das ações da Paróquia Nossa Senhora das Graças, é convidado com frequência para apresentações em outras igrejas e para festas religiosas, tendo lançado um CD que já está na sua segunda edição, mostrando todo seu potencial artístico, cultural e religioso.

#### REQUERIMENTO Nº 2496

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a realização de exames de laboratório para a constatação ou não da existência da doença chamada pinta preta nas plantações de citros do Paraná.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Conforme reportagens jornalísticas desse final de semana, os citricultores da região polarizada por Cerro Azul terão enormes prejuízos por causa da proibição por lei federal, da colheita das frutas com galhos e folhas, conforme é feita tradicionalmente. Tememos que essa medida, abrangente e generalizante, produza os mesmos prejuízos que o caso da febre aftosa, aquela que não existiu.

O Ministério da Agricultura não dispõe da estrutura necessária para a certificação da existência ou não de pragas e doenças e por isso toma decisões não pontuais, repito, abrangentes e generalizantes, não se importando com os males que venha a acarretar à já tão sofrida classe da agricultura familiar.

#### REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente convidando o Ilmo. Sr. Hélio Derenne - Diretor Geral da Polícia Rodoviária Federal, para dia e hora que melhor lhe aprouver, comparecer nesta Casa de Leis para esclarecer quais os procedimentos adotados pelo Departamento da Polícia Rodoviária Federal com relação a assunção da fiscalização da malha viária federal no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Caíto Quintana, Teruo Kato e Dobrandino da Silva.

#### REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário,

o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando envio de recursos para obras de pavimentação asfáltica e duplicação de vias no Município de Foz do Iguaçu, especialmente nos bairros da região de Porto Meira e para o término da duplicação das avenidas Javier Koelbl e Morenita, atendendo solicitação da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, através de requerimento do Vereador Rodrigo Cabral.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma unidade do SIATE na região de Porto Meira, Município de Foz do Iguaçu, atendendo solicitação da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, através de requerimento do Vereador Rodrigo Cabral.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 2513

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, expediente aos Senadores da República pelo Paraná e à Bancada de Deputados Federais pelo Paraná, solicitando aos nobres Parlamentares que o Projeto de Lei de nº 4548/98, no que diz respeito à alteração do artigo 32 da Lei nº 9605/98 seja rejeitado uma vez que é um retrocesso à defesa animal, além de ferir claramente o dispositivo Constitucional previsto no artigo 225 da Carta Magna.

O projeto de lei acima mencionado prevê a retirada dos animais domésticos e domesticados no rol de animais protegidos pela lei federal de crimes ambientais, expondo estes animais as barbáries humanas sem um instrumento legal criminal adequada para o seu combate e devida punição. O artigo 225 da nossa Carta Magna em seu § 1º, inciso VII: "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Assim o dispositivo, artigo 32, da Lei nº 9605/98 que regulamenta e prevê as sanções para os crimes que atentem ao dispositivo constitucional acima exposto ao querer ser modificado pelo Projeto de Lei nº 4548/98, retirando os animais domésticos do rol da fauna protegida atenta contra a previsão constitucional e claramente é um retrocesso e uma lastimável iniciativa que permitirá crueldades contra os animais domésticos.

Na certeza que os representantes de nosso Estado junto ao Congresso Nacional irão observar a proposição

legislativa abordada acima solicito o apoio desta Casa no presente requerimento.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### REQUERIMENTO Nº 2514

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, solicita informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário do Estado de Segurança Pública, para que este, através de seus órgãos competentes, forneça informações sobre como serão distribuídos os policiais militares que faziam patrulhamento nas rodovias federais do Estado. Nesse sentido o Deputado solicita:

1 - Informações detalhadas do número de policiais que faziam o patrulhamento nas rodovias federais e onde serão alocados a partir da decisão judicial que determinou a fiscalização nessas rodovias pela Polícia Federal.

2 - Informações sobre a possibilidade de esse efetivo ser disponibilizado para reforçar a segurança nas Cidades, tendo em vista o elevado déficit de policiais nas áreas urbanas.

Por ser o patrulheiro rodoviário um soldado do quadro da Polícia Militar do Paraná, o recente entendimento sobre a responsabilidade fiscalizatória nas estradas federais oportuniza que esses servidores possam suprir o evidente déficit de efetivo no Estado. Na hipótese da intenção desta secretaria seja reforçar a fiscalização nas estradas estaduais, informar como está sendo feita essa mesma fiscalização atualmente.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## Projetos de Lei

#### PROJETOS DE LEI Nº 256/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Cria a Semana Paranaense da Água e estabelece a semana de 29 de julho a 3 de agosto de cada ano para a sua celebração.

Art. 2º A Semana Paranaense da Água tem como finalidades: trabalhar a realidade local; passar conhecimento sobre a gestão dos recursos hídricos; estudar a bacia hidrográfica com suas questões ambientais; desenvolver uma proposta construtiva relacionando temas

transversais como meio ambiente, consumo, saúde e ética; ultrapassar espaços físicos com incursões a campo; envolver toda a comunidade com campanhas educativas que não visem apenas o conhecimento, mas o desenvolvimento de ações locais.

Parágrafo Único. Todos os estabelecimentos municipais, estaduais e particulares de ensino, deverão elaborar em conjunto com as Secretarias da Agricultura e do Meio Ambiente de cada Prefeitura Municipal, EMATER, universidades, clubes de serviço, igrejas, sindicatos rurais, da indústria e do comércio, toda a programação a ser desenvolvida no período consagrado pela presente lei, assim como estimativa de custos e definição de fontes de recursos para a viabilização das atividades.

Art. 3º Esta lei faculta a cada Município, a elaboração do Estatuto da Semana da Água de ... (nome do Município) que deverá reger todas as ações específicas, os monitores dos eventos.

Art. 4º Ao final de cada evento, a sua coordenadoria municipal deverá elaborar um relatório minucioso dos trabalhos desenvolvidos e encaminhá-lo para esta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para publicação de Anais, premiações e outros atos que serão definidos por medidas posteriores.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, após sua regulamentação.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo publicação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, do Estado de São Paulo, a Semana da Água, já oficializada em diversas cidades paulistas, foi inspirada nas experiências da Agência de Águas Sena-Normandia da França que desenvolve as chamadas Aulas de Água (Les classes d'eau).

No Brasil o projeto piloto foi aplicado pela primeira vez pelo Consórcio PCJ - Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em uma classe do atual Ciclo II do Ensino Fundamental para 36 alunos da Escola Estadual Adoniran Barbosa em Valinhos - SP. Atualmente, a Semana da Água paulista já faz parte do plano escolar de escolas municipais, estaduais e particulares da região, envolvendo mais de dois milhões de participantes.

A Semana da Água paulista já foi contemplada com o Prêmio Ashoka no 3º Concurso Nacional de Idéias Inovadoras em Mobilização de Recursos 1999 e Prêmio Henry Ford de Conservação Ambiental 2000.

Trata-se de um programa de educação e sensibilização que se diferencia dos demais por trazer em primeiro plano, a necessidade dos agentes locais de bacias hidrográficas, organizarem estruturas e recursos financeiros para resolverem os problemas ambientais regionais.

PROJETOS DE LEI Nº 257/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O professor(a) estadual concursado, integrante do quadro próprio do magistério, poderá requerer afastamento, sem vencimentos, durante dois anos, para frequentar cursos de pós-graduação em nível de mestrado, ou quatro anos para capacitação em nível de doutorado.

Art. 2º Durante o período em que estiver afastado para capacitação em nível de mestrado ou doutorado, o professor(a) não terá modificada a sua lotação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei tem por escopo garantir aos educadores estaduais concursados o benefício de requerer afastamento das suas atividades para fim de frequentar cursos de capacitação profissional, consistente em mestrado ou doutorado.

Ainda, cumpre esclarecer que durante esse período o servidor não receberá seus vencimentos. Ademais terá garantia de que a sua lotação não será modificada durante o tempo da capacitação.

O presente projeto visa incentivar a capacitação profissional dos nossos professores o que contribuirá para a qualidade do ensino em nosso Estado. Assim, se faz necessária a concessão desse benefício aos educadores estaduais.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a provação do presente projeto de lei.

PROJETOS DE LEI Nº 258/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a UNICAFES Paraná - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

A UNICAFES Paraná - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná - promove o desenvolvimento, a sustentabilidade e a autonomia da agricultura familiar do Estado do Paraná. Den-

tro de uma estratégia nacional essa entidade está presente em diversos Estados do Brasil, onde já foi reconhecida de utilidade pública, e agora, através da Assembleia Legislativa do Paraná, busca este reconhecimento em nosso Estado.

Sem dúvida a articulação das diversas organizações da agricultura familiar e de economia solidária do nosso Estado, avançou significativamente, a partir da fundação da UNICAFES Paraná em 2005. A unidade de estratégias, das políticas públicas, dos investimentos públicos, defendido pela UNICAFES, trouxe melhorias importantes para o setor, o que justifica a aprovação deste projeto de lei.

A importância da agricultura familiar e da economia solidária, exige mais do que já foi feito, por isso propomos esse reconhecimento para que se possa avançar em um Estado que defende os princípios cooperativistas e solidários, visando salvaguardar a inclusão social, a gestão participativa, a ética e a paz.

PROJETOS DE LEI Nº 259/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado, no âmbito da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, a Secretaria Estadual Especial de Prevenção ao Uso de Drogas, com a competência de articular ações de prevenção ao uso indevido de drogas e reinserção social de dependentes, bem como estabelecer parcerias com os órgãos públicos responsáveis pela repressão do tráfico de drogas, dentro da esfera estadual, com as seguintes atribuições:

I - gerenciar, em parceria com as demais Secretarias Estaduais competentes, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, do Ministério da Justiça, na elaboração e execução de projetos voltados ao combate da criminalidade;

II - realizar parceria com os demais órgãos da Administração Estadual para execução de projetos direcionados à prevenção ao uso indevido de drogas, especialmente nas escolas, entidades comunitárias e áreas públicas;

III - propor sistema de inteligência para cooperar e colaborar com os órgãos públicos responsáveis pela repressão ao tráfico de drogas, através do encaminhamento de informações;

IV - articular com demais órgãos da administração estadual a realização de projetos sociais de prevenção ao uso indevido de drogas, principalmente no âmbito do esporte, cultura e lazer, em horários críticos e áreas sob a influência do tráfico de drogas.

Art. 2º A estrutura organizacional da Secretaria Antidrogas Estadual e as atribuições das unidades orgânicas e funcionais serão estabelecidas por decreto.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará, onde couber, os dispositivos desta lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

Apoiamento:

Cida Borghetti, Durval Amaral, Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Seguindo o modelo brilhantemente implantado pelo Município de Curitiba, que alcançou outros Municípios de sua Região Metropolitana, apresentamos a presente proposição com fins de criar, agora em âmbito estadual, uma Secretaria especializada no combate e prevenção ao uso de drogas.

Contando com a atuação em conjunto com as demais Secretarias Estaduais, especialmente a Secretaria de Segurança Pública e com a Secretaria de Educação, além dos órgãos de defesa social, a finalidade da Secretaria Especial de Prevenção ao Uso de Drogas é primordialmente preventivo, atuando em parceria inclusive com os órgãos policiais estaduais e federal, visando um efetivo combate ao uso de substâncias entorpecentes ilícitas.

Por fim, tendo em vista o caráter indispensável de um órgão desta magnitude no âmbito da Administração Pública Estadual, bem como o visível atingimento do interesse público com sua implantação, clamamos aos nobres Pares pelo apoio na provação da presente proposição.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, visitantes.

Hoje pela manhã, depois de vários jornais terem sido lidos e repercutidos, uma notícia - e eu posso falar porque não tenho nenhum ponto na carteira - mas acho que essa notícia efetivamente não contribuiu em nada, nem com o questionamento da qualidade desta Casa, muito menos com o desempenho dos Deputados, até porque acho que temos coisas mais importantes para nos ater aqui. Enfim, não quero aqui fazer nenhuma defesa dos companheiros, até porque não precisam fazer a minha defesa. E eu sei, Deputado Pastor Edson, que realmente, mesmo que alguém aqui pretendesse fazer uso da condição de Deputado para não fazer as aulas no DETRAN de reciclagem, não vai lograr êxito, porque eu já fiz, há quase dois anos, motivo pelo qual eu não tenho nenhum

ponto na carteira, mas já fiz a reciclagem. E não me diminuiu em nada, pelo contrário, me engrandeceram aquelas aulas, e acho que todos aqueles que aqui devem, tenho certeza que terão que fazer, senão não terão a sua carteira de volta.

Mas hoje pela manhã, depois de várias notícias, principalmente nas rádios, sobre isso, uma questão me chamou a atenção, que foi o exame da Ordem. O exame da Ordem, o primeiro Estado que obteve apenas 77% de reprovação, foi o Estado de Sergipe; o Estado de São Paulo, Estado economicamente mais forte, 88% mais forte. É lógico que tem que achar um culpado, e o culpado, principalmente o Estado de São Paulo e outros, elencaram a falta de capacidade crítica dos formandos em Direito. Porque em que pese terem ido muito bem durante o período escolar, durante o período da faculdade, existe uma decoreba, não existe o senso crítico, e inclusive o comentarista fazia um link dessas pessoas, desses bacharéis em Direito, com a qualidade das nossas escolas, porque os bacharéis em Direito efetivamente só tiveram esse resultado porque não têm a capacidade de interpretar o texto, de fazer um cruzamento de informações, enfim, fazer uma análise crítica.

Daí me veio à mente uma passagem que o nosso Governador dizia, que queria alunos críticos nas escolas do Paraná, e o resultado que vimos recentemente no exame nacional foi que, infelizmente, nem crítico e nem não crítico, o resultado não estampou aquilo que era o argumento quando contestávamos aqui. E quando eu falo nós, lembro os Deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, enfim, tantos Deputados que questionaram a aquisição daquelas TVs laranjas. E na época foi justificado, porque aquelas TVs iriam fazer uma revolução e o Paraná iria ser a vanguarda de um conhecimento na era tecnologia. Já se passaram dois anos, o último exame foi esse ano, e parece que a coisa está crescendo igual rabo de cavalo, para baixo.

Recentemente tivemos uma licitação de pen drives, porque a Tv, para funcionar com aquele espírito de ser diferente da TV que o Deputado Valdir Rossoni comprou mais barata numa loja de comércio varejista, a TV laranja não era apenas uma televisão, iria desenvolver conteúdo pedagógico, iria ser um aliado ao professor, iria ser uma super professora na sala de aula. E o tempo vai passando. Compraram os pen drives, se não venceu, está vencendo a validade dos pen drives.

A notícia que eu tenho é que uma dessas TVs, às vezes assistem a TV Xuxa, Chaves, desenhos, enfim, estão se prestando a ser projetores de slides. Se fosse para ter essa funcionalidade seria melhor, era melhor ter comprado slides que os professores dariam uma função mais eficiente que essa com o pen drive.

Temos uma lei em vigor aqui, do Deputado Pastor Edson Praczyk, que obriga os órgãos do Governo do Estado, e me parece que a Secretaria da Educação é um órgão do Estado - me corrijam se eu estiver errado - a

usar o software livre e desenvolver a criatividade das crianças.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PRB/PSB/PV***

Esta Casa tem o dever e a obrigação de fiscalizar o Executivo. Vamos ver a funcionalidade dessas TVs. Vamos ver se os pen drives já venceram, se tem algum programa, se o software é livre, se permite à criança desenvolver o senso crítico, que o Governador Roberto Requião quer, temos por dever fiscalizar.

Fui informado, agora há pouco, que temos alguns requerimentos em andamento para verificar, justamente a necessidade desses pen drives, a sua operação, porque a notícia que tenho é que algumas escolas têm TVs a menos, outras TVs estão na caixa, em outras a TV está funcionando como televisão e reprise a TV Xuxa, em outras escolas é um projetor de slides, e foi muito caro o que foi pago por essas TVs.

Temos que ver o que está acontecendo, para que no ano que vem, no próximo resultado da avaliação das escolas, as escolas públicas do Paraná tenham resultado condizente com o investimento.

Tenho dito que comprar ônibus, mas é um meio. A qualidade da Educação é o reflexo direto do método, do investimento no material pedagógico, que inclui o professor, e não apenas comprar o ônibus a TV, o pen drive, se não dermos uma funcionalidade.

Deixo aqui seu registro, vamos abordar muito ainda esse tema. Vamos esperar o retorno do requerimento do Deputado Elio Rusch e verificar aqueles questionamentos levantados pelo Deputado Valdir Rossoni em relação as TVs laranjas. A resposta dada na época era que as TVs seriam a revolução do ensino do Paraná. E a notícia que temos é que são somente projetores de slides. Tenho certeza que o Líder do Governo não vai se furtar a investigar, porque é esse o papel desta Casa.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

#### **O Sr. Elio Rusch (DEM)**

Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado Reni Pereira.

Na verdade, esses televisores laranjas já deram muito o que falar aqui na Assembleia. O Deputado Valdir Rossoni, quando era Líder da Oposição, trouxe esse tema aqui para Assembleia Legislativa. V. Exa., com muita propriedade, tem afirmado que o Deputado Valdir Rossoni tem provado, com documentos e com notas, que comprou um televisor isolado muito mais barato do que os milhares que foram comprados pelo Governo do Estado. Naquela época, Deputado Reni Pereira, salvo engano, o Governo do Estado alegava que os televisores estavam acompanhados de pen drive, de rack e outros componentes, para que eles pudessem ser instalados nas salas de aula do Estado do Paraná. Posteriormente a isso,

foram comprados pen drives, racks, foram alugadas salas para depósito desses televisores e assim por diante.

Para que não fique dúvida, já solicitamos toda documentação e, mais recentemente, agora no mês de maio, dia 04 de maio, foi aprovado na Assembleia Legislativa, está no prazo ainda, para que a Secretaria da Educação envie para esta Casa a cópia de contrato e da compra desses televisores. O que não dá para deixar é que isso caia no esquecimento. Acho que é um tema que chamou a atenção da sociedade do Paraná, quando levantado aqui na Assembleia Legislativa, e precisamos esclarecer à sociedade que fim levaram os televisores, ainda mais quando V. Exa. vem, aqui, e faz essa afirmação de que, em alguns lugares no Estado do Paraná, os televisores não estão sendo usados para a sua finalidade.

É importante que possamos fazer efetivamente uma visita *in loco*.

Parabéns a V. Exa.

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Obrigado, Deputado Elio Rusch!

Quero dizer que não se trata de requestrar a denúncia. A denúncia está em aberto desde a primeira vez que o Deputado Valdir Rossoni trouxe esse tema e, depois, vários Deputados levantaram, V. Exa., Deputado Elio Deputado Durval, Deputado Douglas, enfim, vários Deputados levantaram essa questão. Na época, preferimos entender que aquilo, realmente, iria contribuir, mas o resultado, e hoje pela manhã eu tive a ideia de fazer esse pronunciamento, até porque o resultado do exame da OAB demonstra que, sem um senso crítico, mesmo bacharéis em Direito não conseguem ter um aproveitamento.

Se o Governador Roberto Requião, na época, alegou que essas televisões, por meio do software que iria se colocar, iria desenvolver o senso crítico nos alunos, isso infelizmente não vem ocorrendo e a denúncia está em aberto, tanto quanto a aquisição, quanto em relação se existe uma comissão na Secretaria da Educação que está vendo o controle desses programas, o que está sendo colocado nesses softwares, porque tenho informações que alguns professores no Estado do Paraná não aguentam mais passar tantos slides na televisão. Quer dizer, se era para slides, não precisava essa televisão com essa tecnologia. Daqui mais um ano, essa televisão vai estar obsoleta e vamos ter milhões jogados pelo ralo.

Não quero dizer que essa é a regra, mas a denúncia que nos chega é que, efetivamente, não estamos tendo a utilização correta dessas televisões e, principalmente, em relação à lei do Deputado Edson Praczyk, que estipula a utilização do software livre e, principalmente, a oportunidade para que professores e alunos possam contribuir com um material pedagógico que é ministrado nas salas de aula.

Obrigado, Presidente Nelson Justus.



O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

### ***Deputado Professor Lemos (PT)***

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputados, Deputadas, visitantes que nos acompanham nesta Sessão de hoje, Prefeitos, Vereadores, demais lideranças, telespectadores que os acompanham pela TV SINAL.

Venho á tribuna para lamentar a notícia veiculada nos últimos dois dias, que o Governo do Estado não tem tempo hábil para fazer o pagamento do servidor do Estado do Paraná com o reajuste de 6%. Isso não pode ser usado, á Assembleia Legislativa, como desculpa para não fazer o pagamento com reajuste.

Trago aqui o exemplo da Lei n° 15512, aprovada aqui na Assembleia Legislativa em maio de 2007 e sancionada pelo Governador no dia 31 de maio de 2007, no último dia do mês de maio de 2007. E naquele mesmo dia foi depositado o salário dos professores do Paraná, com o devido reajuste, que foi de 17.04%.

Então, veja, trago aqui o Diário Oficial n° 7483, do dia 31 de maio de 2007, está aqui a prova de que você pode, sim, sancionar a lei e no mesmo dia efetuar o pagamento. Você deve e pode rodar a folha de pagamento com o reajuste dos servidores públicos. Então, isso é perfeitamente possível.

A tramitação, aqui nesta Casa, da Lei n° 15512 de 2007, também recebeu emenda aqui, foi do Deputado Reni Pereira, por exemplo, que apresentou a emenda, que inclusive foi aprovada aqui nesta Casa, foi o artigo 8° da lei e foi vetado pelo Governador Roberto Requião. E o veto ainda está aí para ser apreciado.

Vejam, emenda ao projeto, do mesmo jeito que teve emenda o Projeto n° 186, para o reajuste deste ano, entretanto em 2007 isso foi possível. Então, fazemos um apelo aqui, em nome de todos os servidores públicos do Estado do Paraná, são 250 mil servidores, que o Governador Requião determine que rode com urgência a folha de pagamento com o devido reajuste. E isso é perfeitamente possível, porque a lei foi devidamente aprovada.

Quero também aproveitar esse espaço para solicitar ao Presidente Nelson Justus que coloque em votação a PEC que foi proposta aqui, pelo Deputado Elton Welter e pela Deputada Luciana Rafagnin, que eleva para 180 dias a licença-maternidade, algo já foi feito em Curitiba. E no Estado, o Ministério Público Estadual já fez por resolução. E as servidoras do Ministério Público do Paraná já são beneficiadas com essa conquista, que é das crianças que têm o direito de ficarem com a mãe, no mínimo, seis meses. Isso não é uma reivindicação isolada, há uma política internacional. Aqui no Brasil vários Estados já adotaram e nós já temos três servidoras públicas no Estado do Paraná com decisão favorável, gozando a licença-maternidade de 180 dias.

Então, vejam, temos condições, sim. Essa proposição de emenda à Constituição foi apoiada por mais de 20 Deputados e merece ser votada para que as nossas servidoras do Estado do Paraná tenham esse benefício aqui no Estado do Paraná.

Peço, então, em nome dos servidores que ontem estiveram reunidos, através do Fórum, com 14 entidades e me pediram que reforçasse aqui o apelo que fez ontem à Deputada Luciana Rafagnin.

E nós hoje voltamos a esta tribuna para fazer esse apelo também à Mesa Diretora, especialmente ao Presidente Nelson Justus, para que possamos votar essa PEC e, de fato, estender esse benefício que vai favorecer as mães e principalmente as nossas crianças na sua primeira infância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pergunto à Mesa se posso alongar além do Pequeno Expediente?

#### **(Concedido ao orador o horário do Pequeno e do Grande Expediente)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna nesta tarde para relatar os feitos, as realizações, o nosso trabalho diante da Secretaria do Esporte e Lazer do Município de Curitiba.

Exercemos esta função por 14 meses ao lado do Prefeito Beto Richa e lá pudemos reforçar a nossa convicção da importância que tem o esporte para uma Cidade. Tivemos a oportunidade de construir várias obras. Conseguimos em Brasília R\$ 6 milhões e 100 mil a fundo perdido, com emendas dos nossos Parlamentares do Paraná. Conseguimos do Senador Osmar Dias uma emenda para construção, para reforma do Pedro de Almeida, no Bairro Alto. Lá também tivemos parte da emenda do Deputado Afonso Camargo e também tivemos, associado a este grande pleito, o nosso Vereador de Curitiba, Jair César.

Conseguimos recursos também, de emendas parlamentares, para a construção do Centro de Esporte e Lazer do Uberaba; também recursos federais para a construção da Praça da Juventude, no Alto Boqueirão, Praça Agostinho Legró (*sic*); recursos para 10 academias ao ar livre, academias essas que a população da terceira idade, ou seja, da melhor idade, estão fazendo o melhor uso possível; recursos para a construção de pista de atletismo no Bairro Novo.

Conseguimos também realizar o sonho do Prefeito Beto Richa, de construir o Clube da Gente do Bairro

Novo, que atende a população de todas as idades, com sete pistas, piscina aquecida, atendendo os idosos e atendendo a população que necessita de um esporte com qualidade de acompanhamento de técnicos na área para dar a melhor qualidade de vida às pessoas.

Também construímos uma academia inédita no País, lá no Tatuquara, especificamente no Santa Rita, onde são duas academias, uma de artes marciais e educação física, aonde atendem em torno de 7 mil pessoas/mês com hora marcada.

Conseguimos parcerias importantes, como a Unimed, que nos patrocinou inúmeras vezes, tanto no aniversário de Curitiba, como a Grande Maratona de Curitiba; conseguimos também patrocínio para o 1º Jogo Feminino de Curitiba, a Unimed patrocinou também, onde 8 mil mulheres se inscreveram e participaram de 11 modalidades esportivas.

Conseguimos, enfim, realizar um trabalho em parceria com fundações, com entidades de iniciativa privada. Parcerias com o Clube Atlético Paranaense, Curitiba Futebol Clube e Paraná Clube, onde temos mais de 2 mil crianças praticando o futebol com professores, com material esportivo, com orientação.

## ***Passa a usar o horário do Grande Expediente***

Enfim, a Secretaria de Esporte e Lazer de Curitiba, para quem não sabe, atende 170 mil pessoas por mês com hora marcada; em todas as regionais há professor de educação física para atender nas praças, nas comunidades, aqueles que querem praticar o exercício físico.

Conseguimos criar o Centro de Desenvolvimento de Basquete. Importante programa de inclusão social, porque atraiu as crianças de baixa renda para as quadras; incentivamos todas as atividades esportivas e de lazer da nossa cidade; trouxemos para Curitiba a Copa Brasil de Vôlei; estiveram aqui nove atletas medalhistas olímpicas.

Também o lançamento mundial do Centro de Footsack, esporte nascido em Curitiba e apoiado pela Secretaria do Esporte e Lazer.

Tivemos a satisfação de, como Secretário do Esporte e Lazer em Curitiba, em 14 meses conhecer uma realidade muito importante, que é o desejo das pessoas com menos poder aquisitivo de praticar esportes, que é o desejo das famílias ver os seus filhos com uma oportunidade de praticar esporte, porque o esporte é a inclusão social, afasta as pessoas do mundo da droga, dá a qualidade de vida, enfim, integra a nossa sociedade.

Quero dizer a todos que estão aqui e os que estão assistindo pela televisão, falar aos Prefeitos do Paraná e dizer que apliquem mais recursos no esporte das Cidades; que abram novos caminhos para que as pessoas pratiquem o esporte.

Então, meus amigos, queria apenas fazer um breve relato da nossa atuação na condição de Secretário do Esporte e Lazer em Curitiba.

Determinamos também a construção, na Vila Guará, do Centro de Excelência do Esporte. Também será a primeira obra realizada no País, tendo em vista que as pessoas precisam ter um laboratório para avaliação física e esportiva de cada um.

Então, meus irmãos, quero agradecer muito a todos os gerentes que nos acompanharam nessa tarefa de fazer com que o esporte de Curitiba fosse recolocado na sua posição de destaque nacional.

Aproveitar, também, para conclamar ao Governo do Estado, ao Governo Federal, até mesmo aos Municípios, para que destinem mais recursos nos seus orçamentos para a prática esportiva, criando Secretarias de Esporte e Lazer nos Municípios, abrindo espaços para o esporte amador. Os campos de Curitiba, todos os campos, nunca se deixou de todo o ano colocar a grama, a terra preta, reformando os vestiários, organizando os espaços físicos públicos, para que as pessoas pudessem ter acesso ao esporte, sobretudo ao esporte amador, ao futebol, que reúne em torno de duas a três mil pessoas por final de semana. Se chegarmos na Vila Fani, na Santa Quitéria, no Alto Boqueirão, em Santa Felicidade, em qualquer regional que tenha um campo de futebol, vamos ver que o final de semana é motivo de grande alegria para aquela população.

A prática esportiva, os times que disputam da melhor idade, os jovens, é uma atividade saudável e que deve ser vista com um olhar mais permanente de atenção, no sentido de que essa cultura se transforme para o bem e, certamente, quando se tem a prática esportiva nas comunidades, se tem saúde, se tem a boa convivência da população.

Portanto, queremos dizer que, na condição de Secretário do Esporte e Lazer, que exercemos por 14 meses, fizemos aquilo que podíamos fazer e contamos com uma bela equipe da Secretaria do Esporte e Lazer e o apoio total da Prefeitura de Curitiba, assim podendo servir o nosso Município, onde comecei como Vereador, podendo servir mais uma vez como Secretário Municipal do Esporte e Lazer de Curitiba.

Agradeço a população por ter me acolhido tão bem em Curitiba.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elton Welter.

## ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, na manhã de hoje, por designação de V. Exa., representei esta Casa na instalação da Comissão Censitária do Paraná. Em todos os Estados está sendo

feito isso para o censo de 2010. Este ano tem toda uma programação do IBGE no País e será feito todo o levantamento dos 5 mil e 565 Municípios do País, no ano de 2010.

Representei esta Casa com muito orgulho e satisfação. Falei em nome de todos os Pares desta Casa lá no IBGE. Esteve lá praticamente toda a representação da sociedade civil organizada, sindicatos de trabalhadores, Governo do Estado, esta Assembleia através da minha pessoa. Será recenseada toda a população brasileira. Aqui no Paraná a estimativa é de 10 milhões 590 mil 169 habitantes. Serão contratados 10 mil 126 recenseadores.

Faço essa fala porque o levantamento que será feito pelo IBGE, como já foi em outras datas, esse será, se não me falha a memória, o 12º censo feito no País, que dará mais condição de planejarmos as políticas públicas para as Cidades, para os Estados e para o País.

Sem sombra de dúvida é importantíssimo que cada família paranaense receba bem os recenseadores, que deem as informações precisas, claras para o Estado, os entes Federados, o Governo brasileiro. O censo brasileiro será, para o próximo Governo, aqui no Estado e aqui nos Municípios também, dará o diagnóstico real para onde apontam as políticas públicas, onde se gasta mais, onde investir mais o recurso público.

Portanto, esse censo fará aqui no Estado, atendendo essa população nossa que soma 11 milhões de habitantes, terá, como já disse, mais de 10 mil 126 recenseadores.

O objetivo dessa minha fala é que cada Deputado nesta Casa, na sua Cidade, fale da importância desse censo, para quando as famílias forem recebidas pelos recenseadores elas atendam bem, informem exatamente aquilo que será o questionamento do IBGE. Isso ajudará a toda população brasileira, dos Municípios, que são os mais interessados.

O censo começará em agosto do ano que vem, tem que ter todo esse trabalho preliminar. Em setembro deste ano começa a seleção do pessoal, treinamento, e no ano que vem será feito esse trabalho de levantamento, do diagnóstico do censo demográfico brasileiro.

O Paraná fará a sua parte, como em qualquer outro Estado. Nesse próximo mês serão instaladas as comissões, sem citar as municipais, a estadual foi instalada no dia de hoje, e certamente ajudará muito as gestões municipais, o setor público e o privado a planejar as ações para a próxima década.

É importante percebemos que com o planejamento, cada vez mais sendo aplicado nas decisões dos gestores públicos, ou do privado, se acerta mais, com toda certeza.

Passou-se o tempo de imprimir política sem um diagnóstico claro para onde apontar as políticas públicas.

Sr. Presidente, queria nesta oportunidade fazer um convite a todos os Deputados para participarem, na semana que vem, da Audiência Pública que promoveremos em conjunto com a minha bancada, que é uma reali-

zação desta Assembleia Legislativa do Paraná e também com a Comissão do Meio Ambiente, que trata da Audiência de Araucária de Sustentabilidade.

É uma temática com símbolo do Paraná, o nosso pinheiro, vamos discutir uma política para garantir que o pinheiro não seja extinto no Paraná e que venhamos achar uma política clara para que o pinheiro possa continuar sendo o nosso símbolo, o nosso orgulho, mas que possa ter renda desses pinheirais, mas estimulando o plantio, porque hoje, do jeito que está os pinheiros que nascem, muitos são como se ocorresse um infanticídio, porque o produtor, quando nasce o pinheiro, ele sabe que não pode cortar no futuro.

Essa Audiência será na segunda-feira, às 8h30 neste plenário, terá a presença da Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente, do Superintendente do IBAMA, do setor produtivo na área madeireira do Paraná, de ONGs e entidades representativas que querem estabelecer, e certamente a Audiência dará um diagnóstico do que fazer, apontando caminhos para a questão da sustentabilidade, tanto do pinheiro, como também será focada, um pouco, a questão dos mananciais hídricos do Estado do Paraná.

Seria isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Vejo que V. Exa. não está de cabeça quente, Presidente Nelson Justus. Está com a cabeça fria, tranquilo, sereno, apesar do fracasso do “furacão”, o Atlético, no Campeonato Brasileiro. Mas, tomara que os times daqui ainda melhorem, porque o Coritiba, o Atlético e o Paraná, os três disputaram 27 pontos no campeonato e os três juntos conseguiram somar apenas três pontinhos. É uma pena.

Presidente, demais membros da Mesa, colegas, visitantes, telespectadores que acompanham os trabalhos desta Casa através da Rede MERCOSUL e também da TV SINAL, peguei agora há pouco na internet o resultado da crise, a inadimplência atingiu, em abril, o maior nível desde 2000 aqui no Brasil.

O Presidente Lula, coitado, vem com aquela história que é uma marola, que é marolinha, que aqui não tem crise. Está aí o resultado: desemprego. O que é inadimplência? A pessoa se aperta na sua empresa, porque cai a produção, ou cai o movimento da loja, da empresa de um modo geral, e o empresário não tem como, mesmo tendo boa vontade, nem sempre tem como pagar o empréstimo que ele contraiu no sistema financeiro, junto ao banco.

Não é só para o empresário esta dificuldade. Também tem aumentado muito no Brasil o número de cheques sem fundo. Nem sempre a pessoa que emite um

cheque sem fundos é caloteiro. Às vezes, até com boa intenção, dá um cheque pré-datado, lá para a frente, não atrapalha, tem um problema de saúde, às vezes um problema de desemprego, um aperto maior e a pessoa acaba indo para o SERASA, tem a conta encerrada. E para reabrir a conta é uma dor de cabeça tremenda.

Isto tudo é uma consequência da crise, que o Presidente Lula garantiu que não chegaria ao Brasil. Graças a Deus ela não chegou aqui com grande intensidade. Tomara que o Governo, o empresário, os trabalhadores, todos juntos, possam encontrar os caminhos para que o Brasil, efetivamente, supere, seja mais forte do que esta crise que tem feito um estrago muito grande em outros Países.

Há pouco tempo ocupamos esta tribuna para pedir ao Governador Roberto Requião, ao Presidente da COPEL, que não demitissem aquelas funcionárias e funcionários da COPEL. Alguns funcionários estão perdendo o sono, num estado de tensão, sistema nervoso abalado, doença aparecendo, porque eles querem continuar servindo a esta grande empresa.

Mas, nosso apelo não foi atendido. Bateram pé para demitir! E eu estava certo quando defendi os funcionários da COPEL. Estavam certos os nossos colegas que também pediram para que a COPEL não demitisse. Não deram atenção ao nosso pronunciamento. Peguei agora há pouco, no blog do grande Fábio Campanha: *Justiça impede demissão na COPEL*.

Está aqui uma decisão que saiu e que mostra que, muitas vezes, mesmo nós sendo da Oposição, é bom analisar os pronunciamentos que são feitos aqui. Mas, porque é da Oposição, tem autoridade que não dá bola, tapa os ouvidos e age de uma maneira que não é a melhor. Mas, graças a Deus, está de parabéns a Justiça, que impede as demissões na COPEL. Parabéns a essa Juíza que tomou essa deliberação.

Continuo recebendo muitos e-mails e vamos continuar lendo, sim, porque quando lemos é por respeito aos paranaenses que estão se comunicando conosco, Deputados Estaduais. Não podemos pegar um e-mail, engavetar e jogar no lixo, não. Temos que ler na tribuna, responder e dar atenção, independente de saber se a pessoa que mandou o e-mail votou ou não para o Deputado que recebeu a correspondência. Mas, é nosso dever, independente do voto, dedicar o melhor do nosso trabalho, dedicar inclusive com prazer, com alegria, fazer o melhor para atender os paranaenses. E como tem o endereço do e-mail de cada Parlamentar, quero agradecer, porque tenho recebido e-mails das mais diversas regiões do Paraná e é bom, porque isso serve de base e de orientação de como devemos direcionar o nosso trabalho nesta Casa.

Tenho aqui o e-mail do Anderson: *Deputado Belinati, queria dar uma sugestão em relação à emenda que o senhor colocou em pauta sobre o estágio probatório. Em vez de se acabar com o probatório, poderia diminuir o tempo e propor direitos iguais aos novos servidores públicos em relação ao Plano de Carreira, porque o novo*

*servidor, hoje, não pode protocolar um diploma enquanto estiver no tal estágio probatório e nem pode prestar um concurso interno antes de sete anos de casa. Isso é uma vergonha! Aguardo sua resposta.*

Anderson, você está certo. Confesso a você que eu não sabia que esse servidor aprovado em concurso público tem que esperar sete anos para poder se habilitar a prestar um concurso interno. Então, é um e-mail interessante que o Anderson, que é um servidor público, nos manda. Acho que é uma sugestão inteligente e que devemos apreciar nas comissões desta Casa.

Nobres Parlamentares e cidadãos do Paraná, na minha visão a autoridade tem que fazer o melhor que ela possa no campo social, no campo da geração de empregos, evitar demissões, principalmente neste momento em que a situação da economia mundial não é das melhores. Às vezes pode ter até um outro empresário exagerando, fantasiando para mamar empréstimo mais barato, principalmente em banco do Governo, mas a verdade é que, para a maioria, a situação neste momento não é das melhores.

Pois bem, por que estou falando isso? Porque o Sr. Governador Roberto Requião mandou para esta Casa um anteprojeto de lei, uma mensagem, e isso transformado em projeto, sendo aprovado pelo Plenário, onde o Governador Roberto Requião tem a maioria esmagadora, vai provocar uma onda de demissões, que pelo meu cálculo não é informação de nenhum órgão oficial do Governo - poderá provocar a demissão de milhares de vigilantes que estão trabalhando hoje no Paraná no DETRAN, no Instituto Médico Legal, em escola, nas Delegacias da Receita, em prédios de escolas, em prédios públicos, em dependências que o Governo está usando como repartição pública em todo o Paraná, considerando que o Paraná tem 399 Municípios, é só termos uma ideia de quantas escolas, quantos postos de saúde, hospitais públicos, repartições públicas tem que hoje estão usando para a guarda daquele prédio, daquele local, estão sendo usados vigilantes que trabalham para empresas, contratadas legalmente pelas autoridades estaduais do Paraná.

A mensagem do Governador Roberto Requião, se for aprovada, e tudo indica que será, porque o Governador Requião, nos 41 anos que estou na vida pública, nunca vi um Governador ter tanto Deputado apoiando o seu Governo como tem o Governador Requião.

Não estamos aqui para discutir se tem que ter tanto Deputado apoiando, se tem que ter menos. Não é essa a questão. A questão é que a nossa preocupação, como o Governador Requião tem uma maioria esmagadora nesta Casa, é provável que esta medida venha a ser aprovada pela bancada que apoia o Governador Requião, lembrando que pertencemos à Bancada da Oposição, somos poucos, mas somos da Oposição.

Então, o Governador mandou uma mensagem para esta Casa, se dispondo a pagar R\$ 1 mil e 300 a título de gratificação. Se o projeto for aprovado, ele vai acabar com o emprego dos vigilantes, que vão para o olho da

rua, e no lugar do vigilante o Governador Requião vai chamar de volta os policiais militares, que já trabalharam tanto pelo nosso Estado, enfrentando bandido, dando segurança à população, prestaram muitos anos de serviço, alguns já de cabelos grisalhos, e eles vão ser chamados de volta, quem quiser trabalhar, e vão tomar o lugar dos vigilantes nas escolas, nos hospitais, nos postos de saúde, nas repartições públicas, onde o trabalho hoje é feito pelos vigilantes.

Nobres Pares, nem momento de crise, vamos colocar a mão na cabeça e vamos, Presidente Nelson Justus, imaginar milhares de vigilantes indo para o olho da rua, perdendo o seu ganha-pão, abençoado, fruto de um trabalho que eles oferecem nas repartições públicas. Num momento de crise, onde esses vigilantes vão encontrar um outro ponto de trabalho? Onde vão encontrar um outro emprego? Não vão encontrar outro emprego não, é uma pequena minoria dos demitidos.

Então, esse assunto vamos voltar a falar. Eu volto a insistir, é dever de toda autoridade, do Prefeito, do Deputado, do Governador, dos Secretários, Ministros, trabalharem visando a geração de emprego, olhando pelo social, e jamais provocando demissões.

Há pouco estava lendo a matéria da COPEL, centenas de funcionários da COPEL só não perderão o emprego por decisão da Justiça, que impediu a COPEL de promover essas demissões. De repente vira a bateria, tira a COPEL e vai em cima dos vigilantes. Insisto, não temos dados oficiais, mas é muito provável que isso envolve a demissão de milhares de pessoas que trabalham numa profissão tão digna, como vigilante, guardando, zelando pelas nossas repartições públicas.

Então, nobre Presidente Nelson Justus, o nosso apelo ao Governador Roberto Requião, à todas as autoridades, um apelo humanitário; por favor, não façam isso com os vigilantes. Querem aproveitar os militares que já estão na reserva remunerada, aproveite esse militar para dar segurança ao povo! Está tendo tanta violência, tanto assalto, é preciso reforçar a área de Segurança, tragam de volta os militares da reserva, mas não tire o emprego dos vigilantes.

Vamos continuar voltando a esta tribuna para defender essa categoria, para defender aquilo que consideramos humanitários: a garantia do emprego para esses chefes de família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

**Deputado Luiz Eduardo Cheida  
(PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de registrar e agradecer a presença do Dr. Adilson Castro, que é o chefe da 17ª Regional de Saúde, que abrange as Prefeituras do Norte do Paraná. E queria registrar também a ausência da Deputada Rosane Ferreira, por estar em viagem para participar do Congresso da UNALE, em Belém do Pará.

Presidente, o que me trouxe à tribuna foi uma espécie de um susto que levei esta semana, quando, lá em Brasília, ontem, conversando com a Ministra Marina Silva, numa audiência particular com ela, me dei conta, há uma lei que tramita no Congresso Nacional, que é a Lei nº 4548/98, que altera um artigo da Lei nº 9605/98 e que retira desta lei o processo de defesa dos animais e fere, claramente, o dispositivo constitucional previsto na nossa Constituição. Este artigo que prevê a defesa dos animais diz o seguinte, é o artigo 225 da nossa Constituição, no seu artigo 1º, inciso VII: *Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade*. Por incrível que possa parecer, existe uma lei que está retirando, nesse artigo 32, os animais domésticos, ou em vias de serem domesticados desta proteção. Isso significa que qualquer animal doméstico, seja cachorro, gato, cavalo, vaca, boi, enfim, esses animais não mais se encaixarão nesse artigo 225 da Constituição Federal. Portanto, não serão protegidos e podem ser submetidos à crueldade.

Claro, isso é um retrocesso muito grande. Parece, quando falamos nisso, que existem assuntos mais importantes a serem observados. Está aí a crise econômica, problemas de corrupção e outras coisas mais, mas se não houver quem levante a voz para defender este artigo da Constituição, que é um princípio constitucional, quem é que vai fazê-lo?

É um retrocesso extraordinário submeter animais a expedientes, a crueldades. E foram denunciadas aqui inúmeras vezes e há leis internacionais e nacionais que os protegem. Agora, um brasileiro, um Deputado querer mexer na Constituição, justamente pinçando esse artigo para dizer que é permitido doravante submeter animais à crueldade, é, no mínimo, um grande retrocesso, no meu entendimento.

Por isso, Sr. Presidente e nobres Pares, até como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, não poderia aceitar, e estou encaminhando, por meio de um requerimento, que peço que seja aprovado em nome de todos os Deputados desta Casa, um alerta ao Deputado para que retire esse seu projeto ou essa sua intenção, para que preservemos a Carta Magna do País e preservemos mais ainda os animais que, de certa forma, queiramos ou não, pela sociedade que temos, acabam sendo tutelados pelos seres humanos.

Uma outra questão, Sr. Presidente, se me permite, para concluir, é um requerimento que faço propondo a criação e estruturação do Núcleo Regional de Ensino do Município de Santa Helena, um Município lindeiro do lago de Itaipu, governado pelo nosso companheiro Júlio

Morandi, ex-Prefeito. É um pedido feito por ele e por todos os Vereadores, para que, tendo naquela microrregião Oeste - Santa Helena, Pato Bragado, entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Missal, Itaipulândia e Vera Cruz do Oeste - possamos ter o Núcleo Regional de Ensino e que ele seja, obviamente, todo estruturado, dando, claro, uma condição de segurança e confiabilidade nas políticas públicas do Estado do Paraná à toda aquela próspera Região do Oeste do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos animar um pouco a TV SINAL, mostrar esta imagem exclusiva do blog do nosso Fábio Campana, que está na internet. Pediria à televisão que mostrasse essa imagem que está aqui no nosso notebook. Álvaro e Requião juntos. Uma beleza, não é? Lá em Brasília, na inauguração do escritório. Fábio Campana põe no seu blog, agora, e mostra, Sr. Presidente, nosso querido Álvaro Dias e o Governador Requião juntos, em Brasília, rindo aqui, nesse momento. É importante. Em primeira mão para as pessoas verem o que está acontecendo na política do Paraná! Política! Fica aí o registro e parabéns ao colunista!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, queria trazer hoje aqui, uma indicação que faço ao Governador Requião em relação aos 6%. Deputado Stephanes, V. Exa. que já foi Secretário de Estado, está uma polêmica se os servidores devem ou não receber os 6%. O Governo diz que foi culpa da Oposição, que a Oposição demorou demais, a confusão das emendas, e não vai rodar na folha os servidores os 6% este mês.

Deputado Durval Amaral, trago aqui uma sugestão, uma indicação, já que não posso fazer projeto de lei nesse sentido: uma indicação para que o Governador, no mês seguinte, dê esses 6% deste mês, já que o que nós temos é que o Governo propôs esses 6% de aumento que seriam dados agora, e o problema não é falta de dinheiro.

Uma sugestão, uma indicação para que o Governo, no próximo mês, coloque mais 6% e esse que não deu agora, que não deu tempo, já que tem recurso, coloque no mês seguinte para os servidores, porque o Governo acusa aquela confusão toda aqui na Assembleia, para que ninguém perca e que a Assembleia não saia como a grande responsável por tudo. Que o Governador pegue esses 6% que ele tem como dar e dê no mês seguinte, que ele dê 12% de aumento aos servidores. Pronto, resolve essa questão, porque ele acusa a Oposição por ter feito as emendas e aquela confusão toda. Para não ficar ruim para

a Assembleia e o servidor perder, eu trago essa sugestão, essa indicação.

O Governador tem caixa, porque problema de caixa ele não tem. E se precisar, Deputado Durval Amaral, ele pode mandar um projeto de lá dizendo que aquela emenda que V. Exa. disse que é constitucional, que vale a partir do dia 1º, aquele nosso debate de ontem, estaria resolvido. E ele ficaria tecnicamente pronto a dar 6% agora, deste mês que não deu tempo de implantar na folha, e os 6% do mês seguinte. O servidor, em um mês, receberia 12% no mês seguinte para compensar toda essa confusão e ele não sair perdendo, pelo menos, não perder os 6%. Aí, ninguém errou, por mais que tenha havido debates aqui, o servidor vai ganhar os 6% que não entraram neste momento, neste mês, porque ao que tudo indica, estamos caminhando para este mês não se pagar os 6% ao servidor. E isso é ruim, porque o Governo queria dar, mandou para cá dizendo que queria dar.

Então, para que o servidor não perca, fica a sugestão: que o Governo, no mês que vem, pague os 6% do mês seguinte e mais os 6% atrasados que ele tinha condições, porque ele mandou a esta Casa dizendo que poderia dar, se a receita comportasse. Como o Governo disse que o problema foi das emendas e não é orçamentário, então, não é por falta de dinheiro, e sim por demora das emendas.

Fica a sugestão, em nome de todos os Deputados desta Casa, que no mês seguinte o Governo dê exatamente 12% de aumento, para compensar esses 6%, e que os servidores não percam. Essa é a sugestão que eu queria dar. Essa indicação estará registrada aqui, e espero que o Governo, que disse que a culpa é do Poder Legislativo, pague no mês seguinte os servidores.

Sr. Presidente, mais uma sugestão baseada na legalidade, e principalmente no respeito que se deve ter pelos servidores.

Muito obrigado.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch, no Grande Expediente.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados.

Devo lembrar ao Deputado Jocelito Canto, que é nosso amigo, eu o respeito como Parlamentar, ex-Prefeito de Ponta Grossa, pessoa que já passou pela Região Oeste do Paraná e tem amigos muito próximos em Marechal Cândido Rondon, em Santa Helena, e tantos outros lugares a mais, dizer ao Deputado Jocelito Canto que se a nossa emenda tivesse sido aprovada, quando votamos aqui o aumento do funcionalismo, e essa emenda não era inconstitucional, a nossa emenda dizia exatamente o

seguinte, até serve para o Professor Lemos também, que hoje disse que o Governo do Estado teria que implantar, quer dizer, pagar o aumento a partir de 1º de maio. Eu disse isso durante a semana, mas para que fique registrado faço questão de ler, mais uma vez, o que dizia a emenda da Bancada da Oposição: *Artigo 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo a 1º de maio deste ano.*

Ora, Deputado Durval, Deputado Antonio Belinati, e tantos outros Parlamentares que votaram conosco nessas emendas, se a emenda tivesse sido aprovada, não estaríamos questionando agora: olha, o Governo pode pagar no mês de junho. Pague então maio, retroativo também. O Governo do Estado poderia, sim, muito bem, atender. Não venha querer empurrar a culpa para cima da Assembleia Legislativa. Isso não cola, não tem jeito, não gruda, não tem liga. Quer dizer, não para entender os Deputados que votaram contra uma emenda, de repente, e no dia seguinte começam a questionar por quê não foi implantado ou que se implante no ano que vem.

Concedo um aparte ao Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

#### **O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

Apenas para um esclarecimento às pessoas que estão nos assistindo. Eu fui Secretário da Administração do Paraná durante muitos anos, e houve situações de Planos de Carreira aprovados aqui, para o IAPAR ou para várias entidades, onde não deu para rodar na folha. Fazíamos uma folha complementar, que fica pronta em dois, três dias. Acho que, na realidade, a questão da demora na aprovação não existe, isso é desculpa. Acho que a verdade está na queda da arrecadação federal e que a transferência do dinheiro federal que vinha para o nosso Estado, vinha 80% neste mês. Inclusive acho que a Secretaria do Planejamento falhou nessa previsão e com isto gerou uma confusão que está sendo atribuída a nós, e isso não é verdadeiro.

O Deputado Jocelito tem razão quando disse que poderia se rodar no mês que vem. Pode rodar até este mês, paguem em folha complementar!

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Agradeço, Deputado Reinhold Stephanes, e V. Exa. melhor do que nós, que foi Secretário da Administração do Estado do Paraná, profundo conhecedor da Administração Pública, e todos nós, eu disse ontem aqui na Assembleia e no início desta semana, que dos 54 Parlamentares, ninguém aceita esta desculpa: dizer que o Governo não pode pagar porque demorou a Assembleia para se manifestar.

Olha, aprovamos ontem o aumento dos funcionários do Tribunal de Contas e vai ser com efeito, o aumento, a partir de 1º de maio.

Hoje, o Deputado Dobrandino, nós, o Deputado Reni Pereira que presidiu a Sessão, o Deputado Professor Lemos, nós votamos, na Comissão de Finanças, o

aumento do funcionalismo do Tribunal de Justiça. E nessa mensagem do Tribunal de Justiça o aumento será a partir de 1º de janeiro, e quando vão pagar isso? Agora no mês de maio e junho.

Então, há condições legais? Há, mas não queria dizer para a sociedade do Paraná, então diga: “Olha, não vou dar o aumento no mês de maio e acabou.” Diz: “Olha, não tenho recursos para pagar no mês de maio, não tenho disponibilidade”. Mas não justifiquem que não podem pagar porque a Assembleia demorou. Isso não cola. Não adianta.

Mas não foi este motivo que me trouxe a ocupar este horário na Sessão de hoje, Sr. Presidente.

Acabamos de receber, da assessoria da Mesa, um ofício assinado pelo 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que encaminha ofício do Secretário dos Transportes, Rogério Tizzot, e também do Daniel Lucio Oliveira de Souza, Superintendente da APPA, que fizemos um pedido de informações, ele não conseguiram responder e pediram uma prorrogação de 15 dias. É correto. Acho que ao menos se respeita o Poder Legislativo e cumpre-se o que diz o Decreto nº201, sobre o crime de responsabilidade, quando não se responde um pedido de informações da Assembleia. Nós entendemos. Se não deu prazo, não deu tempo para que eles pudessem responder, aceitamos, efetivamente, que o Governo, a Secretaria dos Transportes, através do Superintendente, façam esse pedido de prorrogação.

Mas o motivo mesmo, Deputado Nelson Justus, é sobre um assunto que a mídia nacional está divulgando quase que diariamente: é sobre a CPI da PETROBRAS.

A PETROBRAS como disse com muita propriedade o Deputado Durval Amaral, no início desta semana, ou foi na semana passada, quando ele fez menção sobre a CPI da PETROBRAS, disse o Deputado Durval, quero reafirmar: “A PETROBRAS é uma empresa estatal. A PETROBRAS é nossa.” Não conseguimos entender por quê a PETROBRAS tem que ter um lucro tão grande em cima do combustível. Não dá para entender!

Imagine se a PETROBRAS fosse de um setor privado, fosse da iniciativa privada, meu Deus do Céu!

O PT, com todo respeito aos Parlamentares, mas a ideologia do PT não permite. Quer dizer, e principalmente aqui no Estado do Paraná, o Governo do Estado quer estatizar tudo. Mas eu não vi, em momento nenhum, o Governo do Estado condenar este lucro exorbitante que a PETROBRAS tem. É um lucro fantástico.

Anunciou-se, no início do ano, que a PETROBRAS deve ter um lucro de uma empresa que é do povo do Brasil, que é da sociedade.

Agora, também não consigo entender, Srs. Deputados, se a PETROBRAS tem monopólio da exploração do petróleo no Brasil, por que ela tem que fazer tanta propaganda? Com todo o respeito pelos atuais Diretores que já passaram na PETROBRAS. Mesma coisa na Itaipu. A Itaipu gera energia, por que fazer tanta propaganda? Não consigo entender certas coisas. Propaganda de quê? Por

quê? Alguma coisa existe atrás de toda essa manobra, essa ginástica que se procura fazer.

Escreveu com muita propriedade, o colunista Hélio Gaspar. Escreve para diversos jornais. Mas, escreveu aqui numa das colunas da Gazeta do Povo, está aqui publicado, recorremos à internet e buscamos o que ele escreveu: sobre preço, bonito é o da refinaria planejada para o Rio de Janeiro, em 2006, quando o nosso guia lançou a pedra fundamental - não sei se ele se refere ao Presidente Luiz Inácio da Silva ou ao Sergio Gabrielli, que é o Presidente da PETROBRAS - ele disse o seguinte: ela estava orçada em 7 bilhões, atualmente está estimada em R\$ 26 bilhões. A que se deve esse aumento? [Deve ter uma explicação! Pelo fato dela ser uma estatal, nada melhor do que o Congresso efetivamente fiscalizar isso. E tem mais, ele diz: o mesmo acontece com a Abreu e Lima, em Pernambuco. Ela nasceu custando 5 bilhões e pulou para 8 bilhões em março. Empreiteiras e fornecedores pediram R\$ 22 bilhões.

Ainda tem pessoas que dizem que não é necessário fazer uma CPI. Diante desses fatos e tantos outros, me permito dizer, com todo o respeito que tenho por todas as pessoas, acho que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, está correto quando usa aquela famosa frase: "Nunca na história deste País." Eu diria: nunca na história deste País deste País vi um Presidente da República, e toda a sua equipe de choque, querer impedir a instalação de uma CPI, querendo forçar os Senadores a desistir, retirar assinaturas, como aconteceu! Nunca na história deste País vi o Governo se esforçar tanto, como está se esforçando neste momento, para que a CPI seja presidida por um Senador da sua base e também a relatoria fique com o Senador da base do Governo. Nunca na história deste País eu vi e ninguém deve ter visto. Sempre houve o equilíbrio no Congresso Nacional, no Senado, quando da instalação de uma CPI. Ou o Governo fica com a presidência ou com a relatoria, e vice-versa, ou a Oposição fica com a presidência ou com a relatoria. Na CPI, atualmente, não está acontecendo isso.

Vi ontem o Ministro das Relações Institucionais, o próprio Ministro se manifestar sobre a composição da CPI, Deputado Nelson Justus, o Ministro de Governo, Ministro de Estado, se manifestar sobre a instalação que não é necessária, que não pode, e quando se faz tem que fazer dessa e dessa forma. Daí eu digo: nunca na história deste País vi tanto esforço para que a CPI não se instalasse para apurar aquilo que acontece dentro da PETROBRAS.

Concedo aparte ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Deputado Elio Rusch, quero cumprimentar V. Exa. pelo ponenciamento e dizer que todos nós, brasileiros, defendemos incondicionalmente a PETROBRAS.

A PETROBRAS, realmente, é um patrimônio do povo brasileiro e deve ser preservada por todos nós. Como patrimônio do povo brasileiro, é inaceitável a tese que alguns querem propagar que ela não pode ser questi-

onada, que ela pode ser investigada, que ela não pode ser efetivamente objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Penso que por essas razões todas, por ser patrimônio do povo brasileiro, por ser a maior empresa nacional, é que não podemos admitir, em hipótese alguma, desvios de tão grande monta. Porque como V. Exa. se refere, uma obra que começa custando 7 bilhões, não pode magicamente, ou quimicamente, passar para quase 26 milhões. É algo inaceitável!

Com relação à refinaria de Pernambuco, só nas obras de alicerces, só nas obras, enfim, básicas de implantação de canteiro de obras, o Tribunal de Contas da União já apurou desvios de mais de R\$ 80 milhões. O que causa mais espanto é que, efetivamente, a empresa, ou o consórcio de empresas que estão construindo essa refinaria, lá no caso de Pernambuco, elas contribuíram com algumas campanhas, entre elas campanhas do próprio PT, do Democratas, do PSDB. No relatório da Polícia Federal, por esquecimento, não citou alguns partidos, mas isso é o de menos. O mais grave é que as doações, mesmo que legais, foram elas que vieram à tona e não o desvio de quase 80 milhões nas obras de escavação e de alicerces.

Então, tem que ser realmente investigado, tem que ser com muita isenção, e o Governo tentar neste momento, de todas as formas, manobrar para que a CPI fique tutelada pelo Governo Federal, é um contrassenso num Governo que efetivamente tem compromisso com o trabalhador brasileiro.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Obrigado, Deputado Amaral.

Encerro, Sr. Presidente, apenas gostaria de reconhecer e parabenizar o Senador do Paraná, Sr. Álvaro Dias, teve essa iniciativa de propor a CPI e de colher as assinaturas.

Mas, acho que falou muito mais forte lá no Senado da República, quer dizer, a vontade de apurar essas possíveis irregularidades que possam existir na PETROBRAS, do que a própria vontade do Governo Federal.

O Governo Federal se empenhou ao máximo para que a CPI não saísse do papel, mas ela saiu. Agora se empenha ao máximo para que a relatoria, a presidência fique com eles. Isso é lamentável!

São 11 os Senadores que vão integrar a CPI: o Governo vai ficar com oito Senadores, apenas três Senadores serão da Oposição, do PSDB e do Democratas. Mas espero que esses três Senadores consigam levantar e trazer à tona aquilo que a sociedade do Paraná espera que seja apurado lá na PETROBRAS.

Obrigado.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.



PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

## ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje, Deputado Elio Rusch, V. Exa. falava sobre a PETROBRAS, e cabe um debate, sim, aqui na Assembleia, é importante, como disse o Deputado Durval Amaral que não tenhamos nenhuma empresa acima de qualquer possibilidade de fiscalização. O TCU faz isso e faz bem. Acho que uma CPI como essa, se tiver um foco, um objetivo, também não há nada que não possa ser trazido a público.

Achamos que podemos fazer esse debate aqui na Assembleia e é bom que seja feito, inclusive para relembrarmos como era a situação da PETROBRAS e como chegou até hoje. Acho que a PETROBRAS, em alguns momentos, teve dificuldades, não só neste Governo, como em Governos anteriores também, não só pelo preço do petróleo, que era muito menor. A commodity estava 30, US\$ 40 e hoje chegou até quase 200.

Acredito que a PETROBRAS é uma empresa não dos seus funcionários, não do Governo, mas é uma empresa do povo brasileiro. Por isso defendemos a PETROBRAS como uma empresa pública e como uma empresa de Estado.

Acredito que nenhum brasileiro pensa que a PETROBRAS pode ser uma empresa privatizada, uma empresa entregue à iniciativa privada.

Aliás, acho que temos um exemplo muito nefasto no País, com os leilões que são feitos, que boa parte deles tem sido colocadas para empresas internacionais e que essas empresas, hoje, não precisam fazer absolutamente nada com o petróleo que tem, apenas e tão-somente exporta-o bruto.

Esse é um debate que queremos fazer aqui, com toda tranquilidade, um debate necessário.

O que me traz nesta tribuna no dia de hoje é um tema que já debati e V. Exa. participou, já foi abordado e é o resultado do dia de ontem, que teve na decisão judicial da Juíza do Trabalho, Célia Regina Marcon Leindorf, a proibição de dispensa imotivada da COPEL. V. Exa. sabe, e muitos aqui estiveram nesses dias fazendo esse debate, que a COPEL fez um plano de sucessão, onde previa que aqueles trabalhadores eram 1 mil “elegíveis” ou seja, 1 mil que já haviam requerido a sua aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social e que entre esses mil, entendia a COPEL que deveriam também se afastar dentro de um tempo todos eles da COPEL.

Os 308, num primeiro momento, aderiram a um plano que não foi um Plano de Demissão Voluntária, mas foi um plano feito pela COPEL. Cerca de 692 pretendiam continuar na COPEL até que completassem o tempo da Fundação COPEL. Para alguns faltava em torno de quatro meses, seis meses, um ano, dois, no limite quatro

anos. Nós aqui, por diversas vezes, alertamos a COPEL e a sua diretoria e estive por mais de quatro vezes com sua diretoria dos sindicatos que compõem a Coletivo Sindical da COPEL, e isso foi colocado que diversos técnicos, engenheiros de qualificação, que haveria uma dificuldade para que a COPEL pudesse recompor os seus quadros se não o fizesse dentro de um tempo hábil e dentro de um escalonamento.

Fizemos um pedido de informações aqui, há cerca de 30 dias, e estou aguardando resposta ainda, porque nesse pedido de informações, uma das questões que levantávamos era se havia com o passivo trabalhista, e não sei qual vai ser a resposta. O que nós vimos no dia de ontem foi uma decisão que dá, em princípio, a garantia de emprego a este universo de trabalhadores. Essas palavras foram, inclusive, dadas pela advogada do Coletivo Sindical da COPEL, Giani Amorim.

É preciso que tenhamos claro, e ao contrário do que alguns acham, não está se defendendo que mantenhamos na COPEL pessoas que já completaram todo ciclo, seja no INSS, seja na Fundação COPEL, e que permaneçam indefinidamente. Não se trata disso.

Agora, é preciso que tenhamos claro que esses profissionais, muitas vezes, não são profissionais que serão qualificados num curto prazo de tempo. Por isso, acho que o Poder Judiciário, no dia de ontem, tomou uma decisão correta quando fez com que essas pessoas permanecessem. Ou seja, a decisão judicial, a liminar, é que está suspenso o plano de sucessão, estas demissões, que estão sendo chamadas de sucessão, estão suspensas neste momento.

O despacho feito diz o seguinte:

(Lê):

*“A aposentadoria dos empregados não pode ser causa de extinção contratual, sob pena de considerar-se que está é discriminatória”, anota Célia Regina, Juíza da 19ª Vara do Trabalho de Curitiba, em seu relato, concluído nesta terça-feira (26). “A Constituição considera a aposentadoria do trabalhador um benefício. A aposentadoria voluntária se dá por efeito do exercício regular de um direito, que não deve colocar seu titular numa situação de efeitos drásticos, como o término do contrato de trabalho”, argumenta a Juíza.*

*“Nos documentos apresentados (percebe-se) a presença de dano irreparável, pois os réus (a COPEL) já decidiram pela dispensa dos empregados aposentados pelo INSS que não aderirem aos Planos de Demissão Voluntária, sendo certo que não se pode aguardar a instrução processual para que tais dispensas sejam declaradas nulas, sob pena de prejuízos irreparáveis aos trabalhadores”, prossegue o despacho.*

*“Diante do exposto, defiro parcialmente a concessão da tutela antecipada, determinando-se que os réus sejam intimados, com urgência e via mandado, para que se abstenham de dispensar, salvo na hipótese de justa causa, empregados aposentados perante o órgão previdenciário ou em vias de se aposentar, sob pena de paga-*

*mento de multa de R\$ 10 mil por empregado dispensado, que será revertido em benefício dos substituídos porventura dispensados”, encerra a Juíza.*

Ora! Isto significa que a tese nós e o Coletivo Sindical da COPEL já havíamos defendido. Pelo menos, neste momento, é o entendimento correto, ou seja, não só esses trabalhadores, como o que é mais grave, aqueles que a partir de março do ano que vem que porventura tivessem adquirido o tempo necessário de INSS para poderem aposentar-se, se o fizessem automaticamente, teriam que ser desligados, o que acarretaria obviamente uma situação inusitada. Ninguém mais, na COPEL, iria requerer aposentadoria, porque obviamente esta aposentadoria pelo INSS viria já na sequência, como também uma aposentadoria compulsória feita sem que tivesse sido adquirido o tempo de Fundação COPEL.

É correta esta leitura e é correta a luta dos trabalhadores da COPEL. O que nós teríamos, além de um grande problema, talvez irreparável, seria um “apagão” técnico, que me parece, através da Justiça, está sendo, neste momento, reparado.

#### **O Sr. Ney Leprevost (PP)**

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Percebi que o senhor, desde o início, cerrou fileiras ao lado dos funcionários da COPEL. Quero também enaltecer a qualidade e a honestidade da decisão dessa magistratura. E no meu entendimento, precisamos realmente estar acompanhando, passo a passo, todo este processo, dar total atenção a este debate, porque a COPEL tem um grande patrimônio intelectual, técnico, científico do Estado do Paraná, do qual não podemos abrir mão.

Quando foi votada aqui na Assembleia e rejeitada a venda da COPEL, eu ainda não era Deputado Estadual, mas era Vereador de Curitiba e assinei o manifesto contra a venda da COPEL. Acredito que a COPEL é um patrimônio de todos os paranaenses.

Quero aproveitar também para dizer que apresentei, na época, um pedido de informações, assim como o senhor, e também não recebi, até agora, resposta do Governo do Estado a este pedido de informações, o que acho lamentável.

Entendo que todos os Parlamentares aqui devem ser tratados iguais. O Deputado que teve 100 mil ou 20 mil votos dentro do Parlamento é igual ao outro. Não tem um Deputado melhor do que o outro. Não temos que ter soberba, arrogância, prepotência. Temos que nos tratar com humildade, com respeito, com gentileza, com educação, e o Governo tem, sim, que responder os questionamentos dos Deputados.

Essa questão da COPEL é fundamental e tem uma outra resposta que o Governo está nos devendo, que não foi através de pedido de informações, mas foi feita a pergunta verbalmente aqui, sobre a questão da Paraná Ambiental. Foi amplamente divulgado pela imprensa que o Governo estaria pensando em vender a Paraná Ambiental e até agora, eu pelo menos, não ouvi nenhuma explica-

ção, nenhuma resposta, nenhuma negativa do Governo do Estado. O Governo tem que se manifestar sobre isso também, até porque a Paraná Ambiental é a segunda maior gleba de terras do Estado do Paraná e tem 6 mil hectares de mata atlântica preservada.

Então, o Governo tem que dar respostas, sim, à Assembleia Legislativa.

Obrigado, Deputado Tadeu Veneri.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Concedo um aparte ao Deputado Lemos.

#### **O Sr. Professor Lemos (PT)**

Quero cumprimentar, mais uma vez, o Deputado Tadeu Veneri, pela brilhante defesa que vem fazendo nesse tema, defendendo o interesse público e os servidores da COPEL que formam injustiçados com esse afastamento. Essa decisão da Justiça vem somar com a defesa que V. Exa. tem feito desde o primeiro momento.

Parabéns, Deputado Tadeu Veneri! Nos somamos a essa luta que V. Exa. tem feito na defesa do que é justo e necessário para o Paraná.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado, Deputado Lemos.

Acho que, mais uma vez, é bom lembrarmos que a Assembleia Legislativa não tem faltado a nenhuma das lutas dos trabalhadores, que têm procurado a Assembleia Legislativa, os seus representantes aqui dentro. Acho que esse é o papel que temos aqui e tenho, reiteradas vezes, dito que este talvez seja um dos melhores momentos que estamos vivendo, porque ao tempo em que somos questionados, criticados, e muitas vezes é levantada uma série de problemas, nós também, *pari passu*, temos oferecido soluções, e este foi um dos debates que certamente trouxe uma solução para cerca de, pelo menos, duas ou 3 mil pessoas, que nesses próximos anos estariam envolvidas. Espero que tenhamos uma solução racional e que a solução possa abranger a todos.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

#### **O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

#### **(Assentimento)**

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, acabo de ouvir o pronunciamento do Deputado Ney Leprevost, que reclama que há muito tempo fez um requerimento ao Governo e que não recebeu resposta. Acho que temos aqui um mecanismo muito simples e eficaz. Presidi a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa por quatro anos e com a Constituição Estadual e o Regimento Interno da Casa, desde que a Comissão de Fiscalização e Controle delibere, o Governo tem cinco dias para responder a indagação deste Parlamento.

Então, acho que não cabe muita reclamação e devemos acionar aquele mecanismo que é nosso, que está no Regimento, que está na Constituição, que é a Comis-

são de Fiscalização e Controle. Lembro que quando presidi a comissão, na época fizemos 320 procedimentos, auditamos a COPEL, a SANEPAR, o DETRAN, enfim, em todas as inquietações que haviam no Parlamento, sempre foi usada a Comissão de Fiscalização e Controle, que é preciso que ela tenha, sim, um trabalho efetivo realmente. Não sei hoje quem está presidindo a comissão, quem são os membros, mas quero me reportar ao Plenário dizendo que a comissão é muito eficaz e o Governo cumpre, sim, todos os Poderes cumprem, na plenitude, os cinco dias, conforme determina a Constituição, desde que a comissão faça esse procedimento.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

### ***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, como Líder do PDT, queremos dar as boas-vindas ao nosso companheiro, Deputado Neivo Beraldin, que vem integrar a nossa bancada, e que ele continue com a proteção de Deus, sendo o Deputado combativo que sempre foi.

Sr. Presidente, Deputado Tadeu Veneri, o relógio da COPEL - é que o Deputado Tadeu Veneri estava falando em leitura aqui, num belíssimo pronunciamento - eu não sei o que está acontecendo, Deputado Durval Amaral, com o relógio da COPEL. Nas nossas residências tem um relógio da COPEL, não tem? Então, tenho aqui alguns exemplos: a Odila Carvalho mora no bairro do Abranches, aqui em Curitiba. Sua conta era de R\$ 46, Deputado Durval Amaral; sabe para quanto foi? De 46 para R\$ 199. A Sirlei de Oliveira, do bairro do Cajuru, a conta era de R\$ 80. Sabe quanto veio, Deputado Ney Leprevost? Cento e vinte reais. A Eliane Terezinha, a COPEL sempre fez a leitura, ela mora com o marido e dois filhos, quatro pessoas. Em janeiro, R\$ 175. Ela reclamou, em fevereiro veio 72, em março 118. Tem que reclamar! A Vivian de Oliveira, a conta era, Sr. Presidente, R\$ 44. Agora veio exatamente R\$ 150, Deputado Stephanes. A Maria Isabel Antero, a conta era de 75, agora foi para 120.

Ô maquininha boa de fazer dinheiro! Que espetáculo, apertou, bota a maquininha para funcionar!

A Carmem Peburko pagava 120, 130, no bairro Santa Quitéria, no seu bairro Deputado Neivo Beraldin. Veio R\$ 240. Que maravilha! Apertou, bota a maquininha para funcionar, Deputado Edson Praczyk.

O José Antonio de Souza sempre pagou R\$ 30. Sabe quanto veio? Setenta reais. Agora, a Lourdes, veio um absurdo: R\$178, ela pagava R\$ 50. Uma loucura, lá no bairro Rebouças! O Flávio Borges de Souza, da CIC, no mês de abril, R\$ 40,72; em maio, R\$ 81,91. É ele e a

esposa, os dois, Deputado Accorsi. A Lourdes Ferreira, no mês de abril, R\$ 8,91. Sabe quanto veio em maio? Cento e vinte e sete reais. O relógio.

O José Antonio de Souza, a conta era de 35, agora R\$ 75. O Celso de Assis Pereira pagava R\$ 40, Deputado Nishimori, lá em Maringá não tem essa maquininha que faz dinheiro? Quarenta reais, agora R\$ 144. O Luiz Henrique Ramos, do Mossunguê, pagava R\$ 90, Deputado Waldyr Pugliesi, agora R\$ 227. A Ester Galvão, do bairro do Pilarzinho, R\$ 90, agora R\$ 250. Regina Socorro, de Colombo: *A conta de luz está vindo muito alta, o pessoal não faz leitura. Já foi ligado para a COPEL, mas nenhuma providência. É um absurdo! Pagava R\$ 20 e agora R\$ 47.* Lá no Sítio Cercado, a Sra. Neuza Gomes de Lima, e assim vai. Vou parar por aqui. Até gostaria de entregar um xerox dessas reclamações todas para o Deputado Reni Pereira, que é Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

Concedo um aparte ao Deputado Ney Leprevost.

**O Sr. Ney Leprevost (PP)**

Quero cumprimentá-lo por trazer esse assunto, que é relevante para a comunidade, principalmente para as pessoas que têm uma renda menor. E fico aqui pensando, o Governo do Estado se negou a permitir que fossem aprovadas as emendas de 15% de aumento para os servidores públicos do Paraná. Estava observando que os aumentos que V. Exa. traz aqui na conta de energia elétrica da população, e que foram alvo de reclamações no seu programa de rádio, por sinal muito ouvido na Banda B, rádio que eu ouço também, estão na faixa de 100, 120 até 150%. O Governo não pode dar o aumento de 15%, mas pode aumentar a conta de energia elétrica de toda a população do Paraná em 100, 120, 150%.

Estamos, realmente, vivendo no reino do absurdo. Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

Seu aparte sempre inteligente e veio contribuir com o que estamos falando.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

V. Exa. faz muito em trazer essas denúncias que tem recebido, mas achei exageradas. Será que essas pessoas poderiam mandar um comprovante para que pudéssemos ter um dado mais concreto? Porque é difícil de acreditar. V. Exa. está de parabéns!

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

Essas pessoas se colocam à disposição, inclusive com endereço, telefone, nomes, e vou passar ao Deputado Reni Pereira.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral. O seu aparte sempre enriquece esta Casa e V. Exa. não pode ficar calado.

**O Sr. Durval Amaral (DEM)**

Quero cumprimentá-lo, porque sempre tenho dito, permita-me assim dizer, amigo. V. Exa. é uma das vozes que eu mais escuto nesta Casa, porque fala aquilo que a população está sentindo e pensando. Então, não leve a mal o meu aparte.

Tem sido propagado neste Governo que a energia elétrica mais barata do Brasil é a do Paraná. Pergunto: essas contas são aqui do Estado do Paraná? Mudou o discurso do Governo? Mudou o Estado? O que aconteceu?

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

É do Paraná, Deputado Durval, do Estado do Paraná! Eu também imaginava isso, porque, é claro, o discurso sempre foi de que aqui a energia era a mais barata do País e, de repente, o povo começa a falar, o povo começa a se comunicar, Sr. Presidente, e é uma preocupação para todos nós.

Esta Casa não pode ficar em silêncio diante de absurdos como esses que estamos presenciando. Peço, mais uma vez, encarecidamente, ao Deputado Reni Pereira, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, que façamos um trabalho em cima de tudo isso.

Tenho um exemplo próprio, Deputado Dobrandino. Eu moro em um apartamento, Deputado Caíto, e veio a conta de quase R\$ 500. A minha esposa, atenta a isso, porque ela é a Ministra da Fazenda na minha casa, ficou assustada com a quantia. Ela não me falou nada, mas ligou para a COPEL, não se identificou - e nem precisa se identificar como esposa do Deputado, apenas como uma consumidora da COPEL - aí quem atendeu a minha esposa, com muita educação, perguntou a ela: "Mas a senhora recebeu visitas em sua casa?" Ela pensou, pensou. "Não!" "A senhora então tem chuveiro elétrico?" "Não, o chuveiro aqui em casa é a gás!" E foi perguntando. A pessoa queria entrar na intimidade da minha casa, do meu apartamento, da minha residência, Resumindo, Deputado Pugliesi, a conta agora, veio R\$ 120, que era o que sempre pagávamos.

Quando o pessoal liga para a COPEL, Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, os atendentes, de forma educada, dizem que foi um erro daqueles que fazem a leitura do relógio da COPEL. Agora, será que aqueles que fazem a leitura são de empresa terceirizada ou não? Parece-me que na SANEPAR uma parte é terceirizada, a outra não. Agora da COPEL, sinceramente, não sei.

Precisamos ficar mais atentos às questões da COPEL, mas muito atentos às questões da COPEL. Inclusive já estamos, com a nossa assessoria, preparando um projeto que vai chamar a atenção em relação à COPEL, e o Deputado Durval Amaral é um dos poucos aqui na Casa que sabe disso. É claro que não demos entrada nesse projeto ainda, porque é preciso ser bem embasado.

A nossa assessoria está buscando números para que possamos fazer um projeto bem interessante, porque senão, lá na frente, a COPEL vai pagar uma multa que o

povo não tem nada a ver com isso, e estamos preocupadíssimos. É em relação àquela venda de energia futura. Só posso dar essa informação. A nossa preocupação é que, lá na frente, a COPEL não tenha, Deputado Durval Amaral, a energia para entregar. E aí, como é que vamos fazer? Existe multa. Quem é que vai pagar a multa? E a multa não é de 100 contos de réis não, não é de R\$ 1 mil, a multa é de milhões!

E são sempre os mesmos que estão em volta desse osso bom, não de roer, esse osso bom de carne, porque a carne boa mesmo, para quem conhece, os gaúchos que aqui estão sabem que a carne boa é aquela que fica perto do osso, é aquela mais saborosa. E aí o pessoal pega esse osso e não larga. Há muitos anos isso já vem acontecendo, há muito tempo. E são sempre os mesmos. Não é? E eles não deixam. Quando alguém chega, eles acotovelam para cá, acotovelam para lá, é um negócio de maluco, ninguém consegue chegar.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

**O Sr. Caíto Quintana (PMDB)**

Primeiro, quero reafirmar aqui que não é colocação de propaganda de Governo. O Paraná tem, através da COPEL, a sua melhor empresa pública de energia, que mais barato vende energia no Brasil, inclusive com uma série de programas com redução de preço como, por exemplo, para aviários, para a indústria, para a irrigação e tudo mais. Agora, recentemente, uma legislação fez com que a COPEL, o Estado do Paraná, não é COPEL, que é gerador de energia elétrica, que tem usinas próprias, que é autossuficiente e exportador de energia, o Paraná tem que vender a sua energia para o Linhão e comprar de volta. O Governo do Paraná se indispôs, inclusive, contra isso, porque geramos no Paraná e não podemos vender essa energia para quem quiser, temos que vender essa energia para o Linhão Geral. E esse Linhão Geral, dele a COPEL compra novamente.

Segundo, Deputado Luiz Carlos Martins, eu conheço o seu perfil de Parlamentar, não podemos tratar a exceção pela regra, Deputado. Na quantidade de consumidores de energia elétrica que o Paraná tem, evidentemente que alguém poderá ter uma leitura errada, alguém poderá ter o consumo de energia em um mês maior do que no outro, alguém poderá ter um defeito no seu medidor de energia elétrica.

Portanto, gostaria que realmente se fizesse uma avaliação, de caso por caso que V. Exa. tem nas mãos, para que a COPEL possa justificar, porque não existe desejo na COPEL, eu não acredito que uma empresa pública vá fazer em 0,01% dos seus consumidores um aumento, visto que a grande maioria tem pleno direito de solicitar à COPEL que seja a aferição do seu marcador. Aliás, existem empresas que fazem isso, sistematicamente. E eu não gostaria de deixar sem esse aparte, porque podemos estar vendendo a ideia de que a COPEL seja uma má empresa e o senhor sabe que não é, ela é o orgulho dos paranaenses, a empresa que temos.

Então, nunca poderemos tratar a exceção pela regra. Quer dizer, não houve aumento da energia elétrica para os paranaenses, houve aumento da energia elétrica, conforme V. Exa. traz e eu não duvido disso, em algumas contas de energia elétrica, que não representam aumento da tarifa, é um aumento de consumo, motivado pelas mais variadas razões.

Então, só não gostaria de deixar passar em branco para que V. Exa., como todos nós paranaenses, possamos defender os interesses da COPEL pública, empresa pública, que possa ser uma empresa que ofereça garantias ao desenvolvimento do Estado do Paraná, que essa empresa é boa, é séria, que orgulha os paranaenses e, como eu disse, não pode ser tratada pela exceção na regra geral, que é a de beneficiar os paranaenses.

Agradeço o aparte de V. Exa. e acho que deveríamos, sim, consultar à COPEL sobre as contas que V. Exa. tem, para que possamos ver qual é a explicação dada para um aumento que pode ser muito bem justificado.

Era isso.

#### O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Deputado Caíto, V. Exa. me conhece e sabe que não é esse o objetivo de denegrir a COPEL. Pelo contrário, a nossa intenção é sempre a de proteger a COPEL. Não estamos acusando, estamos levantando, e com certeza a COPEL vai nos responder. Mas são muitas, Deputado Caíto, as reclamações, não é uma, duas, três, são muitas. Os senhores mesmos vão receber reclamações, com certeza, depois desse pronunciamento através da TV SINAL, da TV MERCOSUL, dos meios de comunicações.

Concedo um aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi.

#### O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Deputado Luiz Carlos Martins, Sr. Presidente Nelson Justus, ouvi com muita atenção o aparte que lhe foi oferecido pelo Deputado Caíto Quintana, e ali na tribuna, Sr. Presidente, um cidadão gesticulava de maneira agressiva em relação àquilo que o Deputado Caíto Quintana estava dizendo.

Então, o senhor veja bem, a democracia é muito boa, mas não podemos aceitar os gestos depreciativos desse cidadão em relação àquilo que o Deputado Caíto Quintana estava falando.

Quero dizer a V. Exa., nobre Deputado Luiz Carlos Martins, durante toda minha vida fui um defensor da COPEL. Lembro que era Prefeito de Arapongas quando pretendíamos fazer a implantação de um novo parque industrial e não tínhamos energia suficiente para criar muitos empregos. E eu saí de minha Cidade, vim aqui para falar com a COPEL, e o Governo não era, naquela oportunidade, do PMDB, e fomos prontamente atendidos, porque a COPEL estava nas mãos do Estado e ela agiu para atender aquelas reivindicações da nossa comunidade, e eu batalhei muito aqui dentro desta Assembleia, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. é testemunha da nossa luta em favor da manutenção sob controle público

como um instrumento de desenvolvimento para a economia do Paraná.

Portanto, veja bem, V. Exa. falou que recebeu uma conta de pelo menos R\$ 500, mas a sua diligente esposa agiu, como todos deveriam agir, foi atrás dos seus direitos, e se verificou que houve um equívoco na leitura dos gastos que V. Exa. tinha praticado na sua casa, no seu apartamento. Houve a correção, e assim devem ser as correções praticadas nos outros casos levantados, porque nós aqui praticamos o quê? Uma elevação de 27 para 29% na alíquota que era cobrada.

Portanto, quero dizer aqui para todo o Paraná que nos orgulhamos da COPEL. O Paraná, é o que é hoje por causa de empresas como a COPEL, e espero que assim vá continuar daqui para frente, porque interessa ao povo do Paraná uma COPEL forte, sempre presente na vida de todos nós, entregando a energia que, muitas vezes, ela gera e distribui, num preço extremamente acessível a todos os paranaenses.

Muito obrigado pelo aparte.

#### O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Waldyr Pugliesi, mas é claro que todos nós queremos o bem da COPEL e defendemos a COPEL.

Agora, é claro que nós Deputados estamos aqui no nosso papel, não só de fazer leis, mas também de fiscalizar, de levantar, não é mesmo?

Então, gostaria que V. Exa. entendesse que o nosso objetivo é só esse: fiscalizar. Este é um dos papéis que temos aqui como Deputado desta Casa.

Deputado Elio, gostaria muito de oferecer o aparte, mas o tempo já está encerrado.

Agradeço a benevolência do nosso Presidente, Deputado Nelson Justus.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo.

(Declina)

### *Ordem do Dia:*

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, Mensagem nº 031/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Quedas do Iguaçu, de área com 3 mil e 600 m<sup>2</sup>, com edificação de 162 m<sup>2</sup>, na rua Jacarandá, 1354, matrícula nº 10578, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 032/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar doação ao Município de Itaúna do Sul, dos lotes nºs 09 e 10 e parte restante ainda não construída do lote nº 08, todos da quadra nº 108, conforme transcrição das transmissões nº 0178, do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 686/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a gratificação técnica a classe dos novos policiais civis, concedida somente aos policiais antigos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 687/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que o reajuste salarial de 6% (seis por cento) concedido aos servidores civis e militares do Poder Executivo, a ser implantado no mês de junho do corrente ano, seja retroativo ao mês de maio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 688/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, a criação e estruturação do Núcleo Regional de Ensino no Município de Santa Helena, compreendendo Municípios da Microrregião Oeste (Santa Helena, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Missal, Itaipulândia e Vera Cruz do Oeste). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 689 a 692/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, reformas nos respectivos colégios e Municípios: Colégio Estadual Castro Alves, no Município de Querência do Norte; Colégio Estadual Barão do Rio Branco, no Município de Inajá; Colégio Estadual Ary João Dresch, no Município de Nova Londrina e Colégio Estadual Dr. Romário Martins, no Município de Cruzeiro do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, com apoio dos Deputados Durval Amaral, Elio Rusch e da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2500, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 27 de maio do corrente ano, para participar de Audiência Pública sobre Segurança no Município de Ponta Grossa, juntamente com a Comissão Permanente de Segurança Pública desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2494, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 28 de maio (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que cria o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, e dá outras providências. **Aprovada.**

### REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI NºS 124/09, 125/09 E 136/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

Parágrafo Único. O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, efetuem ligações telefônicas não autorizadas para os usuários nele inscritos.

Art. 2º Compete ao PROCON/PR implantar, gerenciar e divulgar aos interessados o cadastro, a partir da publicação desta lei, bem como criar os mecanismos necessários à sua implementação.

Art. 3º O titular de linha telefônica que não deseje receber ligações de telemarketing poderá inscrever o respectivo número no cadastro que observará o disposto neste projeto.

Parágrafo Único. O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, inclusive os institutos de pesquisa, efetuem ligações telefônicas, não autorizadas, para os usuários nele inscritos.

Art. 4º A partir de 30º (trigésimo) dia da inscrição, as empresas de telemarketing, os estabelecimentos que se utilizarem desse serviço ou as pessoas físicas contratadas com tal propósito não poderão efetuar ligações telefônicas direcionadas ao correspondente número, salvo se comprovarem a existência de prévia autorização do titular da linha.

Art. 5º O PROCON/PR disponibilizará às empresas a lista de usuários do cadastro a que se refere o texto, discriminando o nome, número do telefone e data da inscrição.

Art. 6º O cadastro será feito pessoalmente, via internet, ou por telefone disponibilizado pelo PROCON/PR que regulamentará as formas de inscrição.

Art. 7º A inscrição no cadastro será realizada mediante os meios descritos no artigo anterior. No ato da inscrição o usuário devendo fornecer as seguintes informações:

- I - nome;
- II - número do RG;
- III - CPF;
- IV - endereço;
- V - CEP;
- VI - telefone a ser cadastrado;
- VII - e-mail;

§ 1º O usuário poderá cadastrar somente linhas telefônicas registradas em seu nome.

§ 2º Incluem-se, nas disposições desta lei, os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§ 3º A qualquer momento o usuário poderá solicitar o seu desligamento do cadastro.

§ 4º O usuário que receber ligações após os 30 (trinta) dias da data do ingresso no cadastro deverá registrar ocorrência do fato, junto ao PROCON/PR, informando o dia, horário, nome do atendente e da empresa prestadora do serviço, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 8º Não se aplicam os dispositivos da presente lei às entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos próprios.

Art. 9º O descumprimento das obrigações estabelecidas no presente projeto sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8078, de 11/09/09.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 185/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública o Rotary Club de Irati, com sede no Município de Irati/PR. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 185/09  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club de Irati, com sede e foro no Município de Irati.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

## 2ª Discussão

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/09, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Gabriela Mistral - AGAMI, com sede e foro no Município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de utilidade pública Estadual a Instituição Educacional Mundo das Letrinhas Coloridas, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/09 de 05/05/09, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 217/09

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

##### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o foro que consta no artigo 1º do Estatuto Social da “Associação Casa do Artesão de Campo Mourão” é a Comarca de Campo Mourão, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ainda, tendo em vista a exclusão de parte da redação do artigo 2º do presente projeto de lei, por redundância, sugere-se a emenda supressiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 217/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA PROJETO DE LEI Nº 217/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de publicação.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense Municipal de Tibagi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/09 de 13/05/09, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 232/09

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de utilidade pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense Municipal de Tibagi, neste Estado.

##### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## Requerimentos

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2506, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Caíto Quintana, Teruo Kato e Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimento n° 2513, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2514, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, lembro-me que quando estava na Secretaria dos Transportes, tínhamos uma determinação do Governo para que respondêssemos a todos os pedidos de informações em até cinco dias. E assim procedi enquanto Secretário dos Transportes. Tenho uma posição de convencimento em relação a esse assunto. Numa das reuniões passadas, quando respondia pela Liderança do Governo nesta Casa, eu me dirigia à Oposição dizendo que eu estava com brotoejas oposicionistas e iria encaminhar no sentido da aprovação de todos os requerimentos que solicitam informações do Governo. É desta maneira que, como Líder do Governo, encaminho, para que todos possamos aprovar o requerimento do Deputado Douglas Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão, em votação. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 2515, 2519 a 2545, 2547 e 2548, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2493, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2496, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2502, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Recebido.**

Requerimentos n°s 2503 e 2504, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2507 a 2511, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2516 a 2518, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2499, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 200, 204, 214 e 233/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 217 e 232/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 042 e 228/09.

Levanta-se a Sessão.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 056**

### **53ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>34</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>34</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>34</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	

Redação Final .....	35
2ª Discussão .....	35
1ª Discussão .....	35
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>36</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva	
Atos .....	36
Diretoria Geral	
Portarias .....	37

### **DIÁRIO Nº 056**

### **53ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto

Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes e Miltinho Pupio (03).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Ademir Bier, Artagão Júnior, Edson Strapasson, Francisco Bühler, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel e Rosane Ferreira (08).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 28 de maio (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente.

#### **Ordem do Dia:**

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 200/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação Espiritualista Mensageiros de Aruanda - ASSEMA, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 041/09, de 29/04/09, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 204/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o PSL-PR Programa Software Livre Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 042/09, de 04/05/09, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 214/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no calendário do Estado do Paraná o Dia do Procurador do Estado do Paraná, que será comemorado, anualmente, no dia 29 de maio. **Aprovada. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 233/09, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 212/09, que reajusta em 6% os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 049/09, de 14/05/09, em Ofícios).**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Para Encaminhar**)

Estão tendo os seus salários reajustados. E como votamos, mesmo que em redação final, este reajuste para os servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas do Paraná, é bom lembrar que os reajustes estão sendo concedidos com vigência de 1º de maio. É este o entendimento. Confere, Exa.?

Nós tivemos, na Sessão anterior, o nobre Deputado Jocelito Canto, por quem temos grande admiração, ele foi muito feliz quando colocou que, no tocante ao reajuste para os servidores do Estado do Paraná, que seja pago com efeito retroativo. Aliás, eu diria até que o reajustes para o Estado não precisaria nem ser retroativo. Sairia uma folha suplementar com 6% e o Estado, o Governador Roberto Requião, mandaria pagar já na semana que vem.

Volto a repetir, para terminar, com o efeito da internet e da informática, a estrutura do Estado imprime,

roda uma folha de pagamento em questão de horas, para não dizer questão de minutos. Se lembrarmos que uma megasena que às vezes tem 15, 18, 20 milhões de apostadores, em pouco mais de uma hora é feita a conferência de todos os volantes apostados. Isto mostra que aqui também temos condições de fazer com que este pagamento seja em folha complementar.

Se não houver esta boa vontade, que o apelo do nobre Deputado Jocelito Canto seja atendido, no mês de junho o Governador Roberto Requião pague o reajuste de junho, acrescido com o retroativo de maio, porque havia muita expectativa dos servidores pelo recebimento desse aumento.

Era isso, nobre Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o projeto. **Aprovado.**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense Municipal de Tibagi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação de Apicultores, criadores de abelhas melíferas europeias de campinhos - APICAMP, com sede e foro no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/09, de 18/02/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 042/09

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Apicultores, Criadores de Abelhas Melíferas Europeias de Campinhos - APICAMP,

com sede e foro no Município de Ibaiti, no Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Lei em análise.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação do Movimento Amor Exigente - AMAEX, com sede e foro no Município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 048/09, de 18/05/09, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 228/09**

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo de declarar de utilidade pública a Associação do Movimento do Amor Exigente - AMAEX, com sede e foro no Município de Maringá.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Lei em análise.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 1º de junho, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

#### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 073, 232/09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 042 e 228/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 004, 117, 218 e 247/09.

Levanta-se a Sessão.

#### **Publicações:**

#### **Comissão Executiva**

#### **Atos**

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0960/09**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 220, datado de 16/01/07, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, à MARIA CELUTA TAVARES, matrícula nº 083, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, admitida em 05/06/85 ocupante do cargo de Consultor Administrativo, NUD-03, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções, aposentadoria por invalidez, conforme artigo 224, parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, com base no Laudo Médico nº 091/07, e nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, letra “b” da Constituição Federal, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 041/03, com vencimentos mensais de seu cargo e proporcionais ao seu tempo de serviço, acrescidos de 04 (quatro) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da citada Lei nº 6174/70, conforme cálculos de fls. 46, elaborados pela Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa, com proventos ajustados com paridade, ou seja, nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos. Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1082/09**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5872, datado de 05/05/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder, à NEIFI FAYAK ABDALLAH, matrícula nº 40874, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-11, com lotação no gabinete parlamentar do Deputado Estadual Chico Noroeste, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período da licença deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1083/09**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4571, datado de 28/05/08.

**R E S O L V E :**

1 - Revogar o ato da Comissão Executiva nº 676/08, publicada às fls. 20, do Diário da Assembleia nº 088, de 04/08/08;

2 - Conceder aposentadoria compulsória a EONEZIA VARELA CARDOSO, matrícula nº 40351, portadora do RG 3.927.723-9/PR e do CPF 319.366.449-91, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nível A-61 (servente), conforme sua opção às fls. 91, com cálculos demonstrados às fls. 11, de acordo com o artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 041/03, com proventos calculados de forma integral, ou seja, correspondentes à última remuneração do seu cargo, até a data de 13/12/04, quando completou 70 (setenta) anos de idade, acrescidos de 04 (quatro) adicionais por tempo de serviço, nos termos do artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, os proventos serão reajustados com paridade, nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, com inclusão das novas vantagens concedidas em face de modificação ou transformação de cargo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1282/09**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando - o infausto passamento, ocorrido no dia de hoje, da Sra. Fani Lerner, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

Considerando - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a extraordinária vida dedicada a comunidade paranaense da Sra. Fani Lerner, esposa do ex-Governador de Estado, Jaime Lerner. A Sra. Fani Lerner sempre teve presença marcante na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, como Secretária Municipal da Criança de Curitiba, durante seis anos, e no Governo do Estado do Paraná, no período de 1995 a 2002.

**R E S O L V E :**

Decretar luto oficial por três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento da Sra. Fani Lerner.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário  
VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

***Diretoria Geral***

***Portarias***

**PORTARIA Nº 0113/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5989, datado de 07/05/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, SANDRA MARA PRESTES SCHEFFER, matrícula nº 40647, de 60 (sessenta) dias, a partir de 05/05/09, com término em 04/07/09, CID. 10 - F.32.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/05/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 114/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

**Maio/09**

